

A stylized, high-contrast illustration of Xi Jinping. He is depicted from the chest up, wearing a dark suit, white shirt, and red tie. His right arm is raised, holding a hammer and sickle emblem. The background features horizontal red and yellow stripes. The text 'ESQWEB' is at the top, and the title 'China no século XXI' is in large white letters across the middle. Below the title is the subtitle 'Uma potência imperialista em ascensão'. At the bottom, a red banner contains the text 'A Malagueta | Ideias e debates para derrubar o capitalismo'.

ESQWEB

China no século XXI

Uma potência imperialista em ascensão

Apresentação **pág 2**

1. Como definir o Estado na China? **pág 4**

- 1.1 O PCCh: uma “etapa inicial do socialismo” quase eterna
- 1.2 Michael Roberts: uma “transição bloqueada”
- 1.3 Claudio Katz e a “transição irresolvida”
- 1.4 A experiência da NEP e o economicismo
- 1.5 Uma analogia e um prognóstico problemáticos
- 1.6 Periodizações em disputa
- 1.7 Análise nacional ou a partir da globalidade?
- 1.8 Os (diversos) capitalismos de Estado e outras variantes

2. A China é imperialista? **pág 34**

- 2.1 Roberts e imperialismo: uma ordem tão estável que nem a China a abala
- 2.2 Katz: nem imperialista nem “amigo dos povos”
- 2.3 Au Loong Yu: um Imperialismo com particularidades históricas
- 2.4 Rousset e o fim da formação de um novo imperialismo

3. O PCCh e o regime político chinês **pág 51**

- 3.1 Composição social quantitativa e qualitativa do partido
- 3.2 Facções, camarilhas e expurgos de um partido stalinista
- 3.3 Xi Jinping: de árbitro bonapartista a czar indiscutível
- 3.4 A classe trabalhadora diante do partido-Estado



China no século XXI: uma leitura marxista e revolucionária

A ascensão da China à primeira prateleira das potências mundiais introduziu um elemento decisivo e desestabilizador na dinâmica geopolítica internacional: a intensificação da polarização pela hegemonia entre Estados. Diante da fratura da antiga hegemonia mundial consolidada no pós-Guerra Fria, o desenvolvimento do gigante asiático alçou-o à condição de principal oponente do decadente domínio político e econômico estadunidense.

É justamente nesse terreno que a China se converteu em um dos temas mais controversos e decisivos do debate marxista contemporâneo. Qual é o caráter de sua formação social? Trata-se de um país capitalista, socialista ou de algo “no meio do caminho”? Qual o seu papel na dinâmica do capitalismo mundial e na luta de classes internacional? E que posição a esquerda revolucionária deve adotar diante do Estado chinês e da direção do Partido Comunista Chinês (PCCh)?

Nesse marco, o trabalho de Marcelo Yunes representa um esforço fundamental ao abrir um debate no interior da esquerda, resgatando as categorias do marxismo revolucionário para analisar o caráter da China contemporânea. Contrapondo-se aos apologistas do chamado “modelo chinês” e dialogando criticamente com posições intermediárias — como as de Claudio Katz e Michael Roberts —, seus textos enfrentam questões centrais, como a natureza da formação socioeconômica chinesa, a caracterização do país como potência imperialista e o papel político do PCCh e de seu regime.

O eixo central dessa análise ancora-se na elaboração da Corrente Socialismo ou Barbárie, que compreende o estágio atual do processo chinês não apenas como capitalista, mas como imperialista em ascensão. Fruto de uma revolução anticapitalista dirigida por um partido-exército e realizada sem a participação direta e independente das massas operárias, o Estado burocrático chinês expropriou a burguesia, mas não avançou na direção da autoemancipação dos trabalhadores. Desde sua origem, a burocracia desenvolveu-se como uma classe política — uma camarilha burocrática que passou a governar em função de seus próprios interesses e contra a classe trabalhadora. Das próprias fileiras dessa burocracia, sob a direção de Deng Xiaoping, emergiram as reformas pró-mercado e as condições políticas e econômicas que abriram caminho para a restauração capitalista.

Nesse sentido, esta coletânea de textos de Marcelo Yunes integra a elaboração teórico-política da Corrente Socialismo ou Barbárie e se apresenta como uma contribuição concreta ao debate sobre o rearme estratégico da esquerda revolucionária. Ao afirmar a independência de classe, o conjunto dos textos rejeita não apenas o imperialismo norte-americano e europeu, mas também qualquer adaptação ao capitalismo de Estado imperialista chinês dirigido pelo PCCh como suposta alternativa progressiva para os povos oprimidos.

Contra o bicampismo burguês, que subordina as lutas sociais às disputas entre dois blocos burgueses e potências imperialistas, esta coletânea sustenta que não há saída emancipatória nos projetos conduzidos por Estados capitalistas — sejam eles antigos ou emergentes. A perspectiva afirmada é a da construção de uma saída anticapitalista e revolucionária, protagonizada e dirigida pelos trabalhadores, pela juventude, pelas mulheres, pelos negros e demais oprimidos.

O levantamento de um terceiro campo político independente só pode ocorrer a partir da construção de partidos revolucionários e organismos políticos de poder dos trabalhadores. Esses devem se constituir como sujeitos centrais de uma transformação capaz de superar a barbárie capitalista, derrubando regimes de dominação e opressão, construindo verdadeiros Estados operários e socializando os meios de produção. Só assim podemos abrir o caminho para a transição a uma verdadeira sociedade socialista.



1. Como definir o Estado na China?

Marcelo Yunes, economista marxista e especialista em economia mundial

■ 1.1 O PCCh: uma “etapa inicial do socialismo” quase eterna

Parece-nos pertinente começar pela definição da própria burocracia do PCCh sobre a ordem social chinesa, que é muito mais problemática do que deixam entrever seus apologistas — mesmo deixando de lado as eternas (e vagas) “características chinesas”. Já o XIII Congresso do PCCh, em 1987, afirmava, sem qualquer otimismo, que o “cumprimento básico da modernização socialista” não ocorreria antes de 100 anos após a revolução de 1949, ou mais exatamente após as nacionalizações de meados dos anos 1950.

O extraordinário desenvolvimento econômico ocorrido desde então não impressionou a burocracia chinesa o suficiente para alterar muito esse horizonte: em 2017, Xi anunciou que a modernização socialista estaria “basicamente completa” em 2035. Este ano, Hu Angang, da Universidade Tsinghua de Beijing, afirmou que a China poderia ingressar em uma “etapa intermediária” do socialismo (outro conceito nebuloso) também em 2035, possivelmente ecoando outro anúncio de Xi em 2020: o início de uma “nova etapa de desenvolvimento”, que duraria 30 anos e comporia a “etapa inicial do socialismo”.

Confessamos que tudo isso nos dá a triste impressão de uma meta que se desloca constantemente para mais longe — ou, mais precisamente, de um objetivo que se torna cada vez mais modesto e vaporoso à medida que se aproxima o “prazo final”. Assim, passamos da “modernização socialista” para uma vaga “etapa intermediária” do socialismo, ou até mesmo para uma mera (e igualmente indefinida) “etapa inicial do socialismo” até 2050. Parece que, desde o anúncio entusiasmado de Stálin sobre o “triunfo do socialismo em um só país”, com a “edificação socialista” concluída em “nove décimos” já na década de 1930, as burocracias stalinistas tornaram-se muito mais cautelosas ao categorizar seus “êxitos” econômicos.

Essa modéstia conceitual confirma-se por uma declaração do Comitê Central, em novembro de 2021, de que os membros do partido deveriam admitir seriamente que o país permaneceria na etapa inicial do socialismo “por muito tempo”. Como observa secamente *The Economist*:

“No que diz respeito ao socialismo, isso significa que o capitalismo ainda terá amplo espaço para florescer e que o partido não tem nenhuma pressa em avançar para a etapa de realizar a visão de Marx de um mundo sem propriedade privada. (...) [Os ricos] deveriam se sentir aliviados, pois Xi demonstra escassa disposição para interpretações mais radicais da próxima etapa do socialismo. No ano passado, denunciou o ‘assistencialismo’, dizendo que em alguns países isso levou a ‘pessoas preguiçosas que são pagas por não fazer nada’ e desperdiçam recursos do Estado.”

(“Three steps to heaven”, TE 9303, 2-7-22).

Mais uma vez, vemos o triunfo das “características chinesas” — neste caso, a promoção do que poderíamos chamar de “moral da autoexploração” — sobre qualquer noção reconhecível de “socialismo”, admitindo que se possa reconhecer algo socialista nesse discurso brutal.

Em todo caso, não resta dúvida de que a ideia clássica marxista de que qualquer avanço real rumo ao socialismo implica, como primeiro indicador econômico, a redução da jornada de trabalho da classe trabalhadora é algo que infunde profundo horror nos apóstolos “comunistas” do progresso baseado no “trabalho duro” — ou seja, na aceitação silenciosa de jornadas extenuantes.

E tudo isso, claro, ocupará um “longo tempo”: os prazos extremamente generosos que os burocratas chineses se concedem para avançar nas sucessivas “etapas do socialismo” recordam não tanto o “socialismo a passo de tartaruga” de Nikolai Bukharin, mas os “séculos de transição burocrática” com que o trotskista do pós-guerra Michel Pablo justificava sua adaptação ao stalinismo...

■ 1.2 Michael Roberts: uma “transição bloqueada”

Passemos agora ao início do resumo das posições sobre o tema com Michael Roberts, que tem combatido sistematicamente a ideia de que a China seria um Estado capitalista:

“Em minha opinião, a China é uma ‘economia transicional’, como foi a União Soviética ou como são hoje a Coreia do Norte ou Cuba.”

(“IIPPE 2021: imperialism, China and finance”, 30-9-21)

Desde o início, então, Roberts coloca o acento, ao definir o caráter do Estado, no elemento clássico que vigorou ao longo de quase todo o século XX: a propriedade estatal dos principais meios de produção — algo que aproximaria China, por um lado e por outro a Cuba e Coreia do Norte. No entanto, mesmo adotando esse critério — que, como veremos, não é a nosso ver o determinante —, parece-nos muito duvidoso igualar essas três “formações econômico-sociais”.

Sem entrar em dados estatísticos, basta notar que, mesmo por esse parâmetro, é problemático assumir que a proporção e o peso da propriedade estatal sejam equivalentes em Cuba ou na Coreia do Norte e na China. Neste último caso, o espaço ocupado pela propriedade privada é qualitativamente maior. Mas queremos focar em outro ponto de sua argumentação.

É mérito intelectual de Roberts reconhecer imediatamente os problemas:

“A China não satisfaz todos os critérios: em particular, não há democracia operária, não há igualação ou limites à renda, e o vasto setor capitalista não está diminuindo de maneira consistente.”

Tudo isso é absolutamente verdadeiro — e só se pode reprochar que Roberts não tire as conclusões necessárias, sobretudo a partir do primeiro critério não cumprido.

Para nós, o problema central de sua abordagem é que esses critérios expressam uma visão **economicista** do Estado chinês, reproduzindo um dos pecados capitais de boa parte do marxismo do século XX e XXI: **a assimilação de ‘estatal’ a ‘socialista’**. Ou seja, a suposição equivocada de que propriedade estatal e socialismo (ou

transição ao socialismo) seriam equivalentes — sem considerar o que, a nosso ver, é decisivo: **a existência real de organismos democráticos de poder da classe trabalhadora**.

Na China — como na URSS stalinista, no Leste Europeu e na Cuba atual — há ausência completa desses organismos, substituídos por um partido único burocrático e brutal que exerce o poder não **desde** nem **para**, mas **sobre** e **contra** a classe trabalhadora. A direção do XX Congresso, como vimos, é inequívoca quanto ao reforço da repressão e do controle social contra qualquer contestação significativa aos ditames do PCCh.

Isso não significa que a abordagem de Roberts seja acrítica ou complacente. Ao contrário, em múltiplas ocasiões — e de maneira até mais sistemática e contundente que Katz, por exemplo — ele toma distância da gestão política do PCCh e de seu regime. Por exemplo:

A direção chinesa não responde diante da classe trabalhadora, não há órgãos de democracia operária, não há planejamento democrático”

(“Xi’s third term, part two: property, debt and common prosperity”, 18-10-22).



Ou ainda:

"O único caminho real para garantir o progresso da China, reduzir as crescentes desigualdades e evitar o risco de um retorno ao capitalismo no futuro será restabelecer o controle da classe trabalhadora sobre as instituições políticas e econômicas chinesas e adotar uma política internacionalista à la Marx. Algo que Xi e a atual elite política não farão"

("China workshop...", cit.).

Mas, feitas essas observações — que compartilhamos plenamente —, Roberts não é consequente com elas, porque não identifica a burocracia do PCCh como o principal obstáculo interno que enfrenta a classe trabalhadora, mas sim como a cabeça "zigzagueante" de um processo que continuaria "em disputa": "Há uma (permanente) luta no seio da elite política sobre que rumo tomar: se em direção ao modelo capitalista ocidental ou à sustentação do 'socialismo com características chinesas'. (...) A China precisa reverter a expansão do setor privado e introduzir planos mais efetivos para o investimento estatal, mas desta vez com a participação democrática do povo chinês no processo. Caso contrário, os objetivos dos dirigentes de 'prosperidade comum' serão apenas palavras" ("China workshop..." e "Xi's third term, part two...", cit.).

Na nossa visão, não pode haver aqui espaço para ambiguidade: essa necessária "participação democrática do povo chinês no processo" de tomada de decisões econômicas só poderá ocorrer **sobre o cadáver da burocracia e do PCCh**, que, no que diz respeito à democracia dos trabalhadores, não apresenta o menor "zigzague", salvo na escolha dos meios para esmagá-la.

Pois bem, como esse elemento crucial não entra no quadro economicista de Roberts, o que o leva a inclinar a balança para o conceito de economia em transição são essencialmente três fatores: a) "os

capitalistas não controlam a máquina estatal, mas sim os funcionários do Partido Comunista; [b] a lei do valor (lucro) e os mercados não dominam o investimento, mas sim o amplo setor estatal; e [c] esse setor, assim como o setor capitalista, é obrigado a cumprir metas nacionais de planejamento, se necessário à custa da rentabilidade" (idem).

A nosso ver, nenhum dos três argumentos é conclusivo, ainda que por motivos diferentes. Começemos pelo último: o peso do planejamento. Se é verdade que, formalmente, as empresas capitalistas privadas e seu desempenho precisam passar pela mediação das metas de planejamento, na prática essa "restrição" não tem sido tal a ponto de impedir o mais saudável desempenho capitalista para as companhias nacionais e estrangeiras. Quanto à obrigação de sacrificar "rentabilidade" em função de objetivos políticos de estabilidade social, cabe assinalar que: a) isso quase nunca é incompatível com a existência e prosperidade de empresas privadas ou estatais, cuja acumulação não é bloqueada por essas limitações; b) a obrigação de cumprir metas "mesmo à custa da rentabilidade" não é um traço permanente, mas sim espasmódico, e depende das circunstâncias específicas e do momento político em que se encontra a direção do país (por exemplo, parece ser mais "estrita" sob Xi); e, sobretudo, c) o fato de exigir das empresas capitalistas certo limite à sua "rentabilidade" em nome das prioridades definidas pela autoridade política não difere, a priori, em nada de um Estado capitalista com políticas "keynesianas" ou "redistributivas" que cobra uma fatia tributária maior dos lucros. Com o nível muito baixo de tributação corporativa que vigora na China (um dos sistemas fiscais mais regressivos entre os países desenvolvidos), não é nada surpreendente que o PCCh decida, de vez em quando, exigir algumas migalhas adicionais do setor privado. **[1]**

Passando à questão da lei do valor, embora seja verdade que sua operação está

distorcida ou limitada pelo planejamento estatal, é um erro crasso de nacionalismo metodológico não registrar que a lei do valor se impõe globalmente e que nenhum planejamento (muito menos um tão “misto” como o da China) pode fazer a economia nacional chinesa escapar ao seu império.

Assim, quando Roberts afirma que “o sucesso da China se deve ao fato de que a lei do valor que opera nos mercados capitalistas, no comércio exterior e no investimento foi, a princípio, totalmente bloqueada e depois controlada por um amplo setor estatal, pela planificação central e por políticas macro, além da restrição à propriedade estrangeira em novas indústrias e dos controles aos fluxos de capital de e para o país” (“Views on China”, cit.), ele está julgando a operação da lei do valor em termos exclusivamente nacionais, abordagem que nos parece equivocada.

Sem dúvida, Roberts não nega que hoje a lei do valor atue diretamente na China, por meio do “setor capitalista da economia” (isto é, o setor privado) e também “por meio do comércio exterior, das multinacionais e dos fluxos de capital” (“China workshop...”, cit.). Mas supõe que, no que se refere ao setor estatal, a lei do valor esteja contida ou controlada, como se as empresas estatais chinesas não produzissem mais-valia, não a realizassem e não houvesse acumulação capitalista em sentido estrito inclusive nas companhias estatais.

E não só isso: Roberts parece desconsiderar que, após a crise política gerada pela repressão na Praça Tiananmen em 1989, o PCCh estabeleceu que o critério central — vigente até hoje — para a avaliação dos funcionários estatais e sua consequente promoção ou destituição é seu desempenho econômico, o que incluía, mas não se limitava, às metas de planejamento. De fato, o fato de a carreira de altos funcionários depender de seu êxito econômico foi um dos motores da fragmentação “protecionista” que vimos na análise econômica, com líderes locais desesperados para atrair empresas por meio de isenções fiscais, terrenos baratos e mão de obra dócil.

Nessas condições, assimilar o “setor estatal” a um “bloqueio da lei do valor” e da lógica capitalista é incorrer no mais ingênuo preconceito “estatista”, e não em parâmetros marxistas ou socialistas.

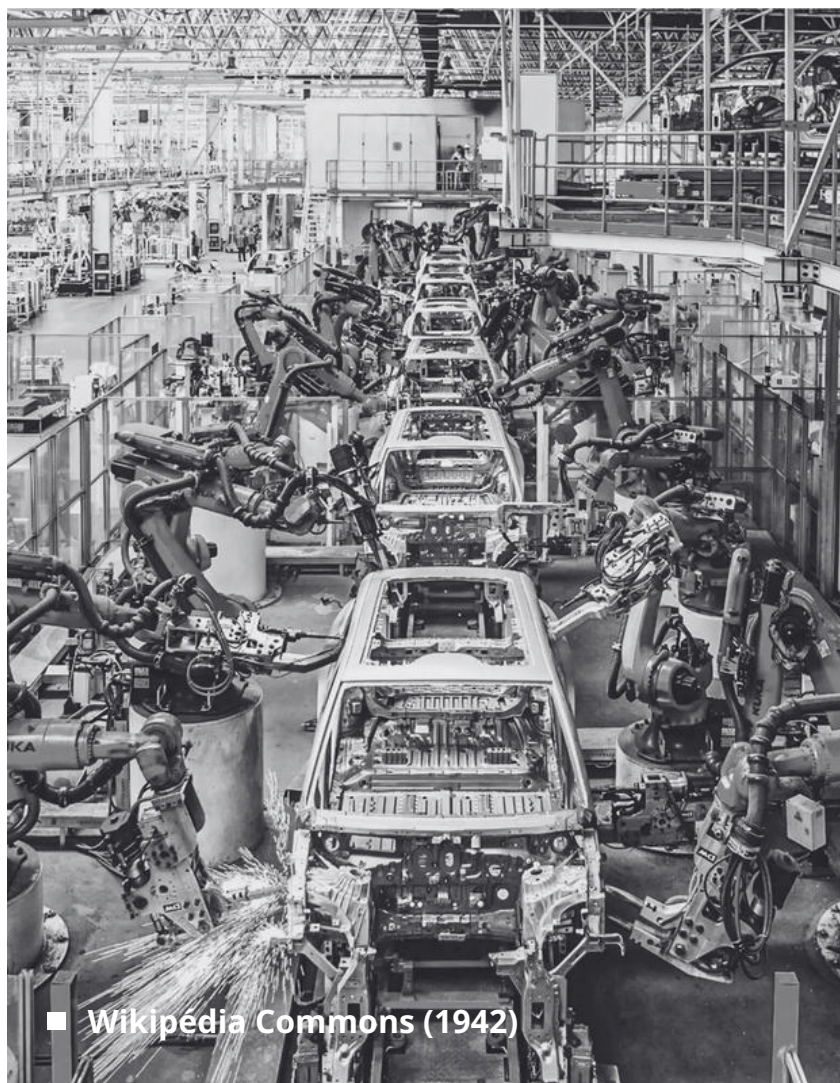
Quanto à ideia de que os capitalistas “não controlam o aparelho estatal”, firmemente nas mãos dos funcionários do PCCh, trata-se de um fato inegável — mas, em si mesmo, ele não constitui prova conclusiva do caráter não capitalista do Estado. O que seria necessário demonstrar é que esse aparelho estatal, enquanto tal, é não capitalista; na realidade, nas experiências de capitalismo de Estado — expressão que, a nosso ver, se aplica à China — a classe capitalista tampouco controlava de forma direta o aparelho estatal.

Roberts acrescenta, em tom polêmico, que “se a China fosse simplesmente outra economia capitalista, como se explicaria seu sucesso fenomenal em crescimento econômico?”, e sustenta que tal posição implicaria admitir “uma nova etapa na expansão capitalista baseada em alguma forma de capitalismo estatista que seria muito mais bem-sucedida que os capitalismos anteriores, e sem dúvida mais que seus pares Índia, Brasil, Rússia, Indonésia ou África do Sul. A China seria, então, uma refutação da teoria marxista das crises e uma justificação do capitalismo. Felizmente, podemos atribuir o êxito da China a seu setor estatal dominante em investimento e planificação, e não à produção capitalista para o lucro e ao mercado” (“IIPPE 2021: imperialism, China and finance”, cit.).

Há aqui dois problemas. Um é que o argumento tende a se tornar quase “moral”: aceitar que a China seja capitalista equivaleria praticamente a fazer uma defesa do capitalismo e jogar fora a teoria marxista das crises. Mas não é necessário chegar a tais extremos para tentar explicar o progresso econômico chinês que, por mais impactante que seja, não deve ser absolutizado nem idealizado — muito menos se ignorarmos as enormes contradições sociais que carrega.

Por exemplo, ao lado do aumento do crescimento econômico, houve um aumento concomitante da desigualdade social — incluindo a divisão de uma parte substancial da população em cidadãos urbanos de primeira e segunda classe por meio do hukou —, resultado que se assemelha muito mais a processos de desenvolvimento desigual, combinado e deformado tipicamente capitalistas do que a uma suposta transição ao socialismo.

O outro ponto é que se insinua aqui uma contradição que retomaremos adiante: se o desenvolvimento chinês deve ser atribuído, sobretudo, ao “bloqueio total” da lei do valor e ao planejamento, por que não ocorreu antes, nas décadas sob Mao, quando esse “bloqueio” era muito maior — e justamente no período em que a lei do valor foi apenas “controlada”, abrindo espaço à propriedade capitalista em amplos setores da economia?



■ Wikipédia Commons (1942)

Se todo o “mérito” do “sucesso econômico” chinês residisse em seu setor estatal (que, num erro infelizmente comum, é tomado como sinônimo de “socialista”), com suas empresas e seu planejamento, e se todos os problemas decorressem, como vimos na análise econômica, da “expansão do investimento privado e especulativo no setor privado”, o salto principal deveria ter ocorrido sob o regime econômico quase totalmente estatizado de Mao, e não sob as variantes mais “mistas” de Deng, Jiang, Hu e agora Xi Jinping.

Atribuir todas as virtudes econômicas ao setor estatal e todos os obstáculos ao setor privado não explica satisfatoriamente o desenvolvimento chinês nem as diferenças entre suas sucessivas etapas. Sem nos aprofundar demais no tema agora, basta registrar aqui que nos parece mais

adequado aos fatos considerar que, durante o período em que se introduziu, em proporções variadas, a propriedade capitalista local e estrangeira, houve um salto monumental na produtividade e na produção de mais-valia, como não havia sido possível nas condições de atraso econômico e tecnológico sob Mao.

O desenvolvimento de relações sociais de exploração capitalista direta sobre novas e imensas massas de trabalho assalariado levou à produção e apropriação (estatal e **privada!**) de um gigantesco excedente econômico antes inexistente, com o importante impulso adicional representado pela produção em grande escala já não para um mercado nacional (muito amplo, mas de baixa capacidade de consumo), e sim para o mercado mundial. Voltaremos a esse ponto.

distorcida ou limitada pelo planejamento estatal, é um erro crasso de nacionalismo metodológico não registrar que a lei do valor se impõe globalmente e que nenhum planejamento (muito menos um tão “misto” como o da China) pode fazer a economia nacional chinesa escapar ao seu império.

Assim, quando Roberts afirma que “o sucesso da China se deve ao fato de que a lei do valor que opera nos mercados capitalistas, no comércio exterior e no investimento foi, a princípio, totalmente bloqueada e depois controlada por um amplo setor estatal, pela planificação central e por políticas macro, além da restrição à propriedade estrangeira em novas indústrias e dos controles aos fluxos de capital de e para o país” (“Views on China”, cit.), ele está julgando a operação da lei do valor em termos exclusivamente nacionais, abordagem que nos parece equivocada.

Sem dúvida, Roberts não nega que hoje a lei do valor atue diretamente na China, por meio do “setor capitalista da economia” (isto é, o setor privado) e também “por meio do comércio exterior, das multinacionais e dos fluxos de capital” (“China workshop...”, cit.). Mas supõe que, no que se refere ao setor estatal, a lei do valor esteja contida ou controlada, como se as empresas estatais chinesas não produzissem mais-valia, não a realizassem e não houvesse acumulação capitalista em sentido estrito inclusive nas companhias estatais.

E não só isso: Roberts parece desconsiderar que, após a crise política gerada pela repressão na Praça Tiananmen em 1989, o PCCh estabeleceu que o critério central — vigente até hoje — para a avaliação dos funcionários estatais e sua consequente promoção ou destituição é seu desempenho econômico, o que incluía, mas não se limitava, às metas de planejamento. De fato, o fato de a carreira de altos funcionários depender de seu êxito econômico foi um dos motores da fragmentação “protecionista” que vimos na análise econômica, com líderes locais desesperados para atrair empresas por meio de isenções fiscais, terrenos baratos e mão de obra dócil.

Nessas condições, assimilar o “setor estatal” a um “bloqueio da lei do valor” e da lógica capitalista é incorrer no mais ingênuo preconceito “estatista”, e não em parâmetros marxistas ou socialistas.

Quanto à ideia de que os capitalistas “não controlam o aparelho estatal”, firmemente nas mãos dos funcionários do PCCh, trata-se de um fato inegável — mas, em si mesmo, ele não constitui prova conclusiva do caráter não capitalista do Estado. O que seria necessário demonstrar é que esse aparelho estatal, enquanto tal, é não capitalista; na realidade, nas experiências de capitalismo de Estado — expressão que, a nosso ver, se aplica à China — a classe capitalista tampouco controlava de forma direta o aparelho estatal.

Roberts acrescenta, em tom polêmico, que “se a China fosse simplesmente outra economia capitalista, como se explicaria seu sucesso fenomenal em crescimento econômico?”, e sustenta que tal posição implicaria admitir “uma nova etapa na expansão capitalista baseada em alguma forma de capitalismo estatista que seria muito mais bem-sucedida que os capitalismos anteriores, e sem dúvida mais que seus pares Índia, Brasil, Rússia, Indonésia ou África do Sul. A China seria, então, uma refutação da teoria marxista das crises e uma justificação do capitalismo. Felizmente, podemos atribuir o êxito da China a seu setor estatal dominante em investimento e planificação, e não à produção capitalista para o lucro e ao mercado” (“IIPPE 2021: imperialism, China and finance”, cit.).

Há aqui dois problemas. Um é que o argumento tende a se tornar quase “moral”: aceitar que a China seja capitalista equivaleria praticamente a fazer uma defesa do capitalismo e jogar fora a teoria marxista das crises. Mas não é necessário chegar a tais extremos para tentar explicar o progresso econômico chinês que, por mais impactante que seja, não deve ser absolutizado nem idealizado — muito menos se ignorarmos as enormes contradições sociais que carrega.

Por exemplo, ao lado do aumento do crescimento econômico, houve um aumento concomitante da desigualdade social — incluindo a divisão de uma parte substancial da população em cidadãos urbanos de primeira e segunda classe por meio do hukou —, resultado que se assemelha muito mais a processos de desenvolvimento desigual, combinado e deformado tipicamente capitalistas do que a uma suposta transição ao socialismo.

O outro ponto é que se insinua aqui uma contradição que retomaremos adiante: se o desenvolvimento chinês deve ser atribuído, sobretudo, ao “bloqueio total” da lei do valor e ao planejamento, por que não ocorreu antes, nas décadas sob Mao, quando esse “bloqueio” era muito maior — e justamente no período em que a lei do valor foi apenas “controlada”, abrindo espaço à propriedade capitalista em amplos setores da economia? Se todo o “mérito” do “sucesso econômico” chinês residisse em seu setor estatal (que, num erro infelizmente comum, é tomado como sinônimo de “socialista”), com suas empresas e seu planejamento, e se todos os problemas decorressem, como vimos na análise econômica, da “expansão do investimento privado e especulativo no setor privado”, o salto principal deveria ter ocorrido sob o regime econômico quase totalmente estatizado de Mao, e não sob as variantes mais “mistas” de Deng, Jiang, Hu e agora Xi Jinping.

Atribuir todas as virtudes econômicas ao setor estatal e todos os obstáculos ao setor privado não explica satisfatoriamente o desenvolvimento chinês nem as diferenças entre suas sucessivas etapas. Sem nos aprofundar demais no tema agora, basta registrar aqui que nos parece mais adequado aos fatos considerar que, durante o período em que se introduziu, em proporções variadas, a propriedade capitalista local e estrangeira, houve um salto monumental na produtividade e na produção de mais-valia, como não havia sido possível nas condições de atraso econômico e tecnológico sob Mao. O desenvolvimento de relações sociais de exploração capitalista

direta sobre novas e imensas massas de trabalho assalariado levou à produção e apropriação (estatal e privada!) de um gigantesco excedente econômico antes inexistente, com o importante impulso adicional representado pela produção em grande escala já não para um mercado nacional (muito amplo, mas de baixa capacidade de consumo), e sim para o mercado mundial. Voltaremos a esse ponto.

Por outro lado, para ser justos, é preciso assinalar que essa visão “nacional” de Roberts não se estende ilimitadamente. Ele observa, com toda correção, em polêmica com os aduladores do PCCh, que é um erro dizer que a China seja “socialista” sem mais, na medida em que nenhuma sociedade pode ser propriamente socialista num ambiente global capitalista.

De fato, intervindo no debate sobre o suposto caráter socialista da China, Roberts declara que, “para mim, a visão do socialismo em Marx parte de duas premissas realistas: 1) que o comunismo, enquanto sociedade de superabundância em que a exploração e a luta de classes foram eliminadas para liberar os indivíduos,



é agora tecnicamente possível — especialmente com a tecnologia do século XXI: inteligência artificial, robôs, internet, etc. —, e 2) que o socialismo e/ou qualquer transição ao comunismo não podem sequer começar [entende-se, no sentido econômico, MY] enquanto o modo de produção capitalista continuar dominante globalmente, e enquanto não forem dominantes o poder dos trabalhadores e as economias planificadas democraticamente (não ditaduras). Isso significa que a China não pode mover-se, nem mesmo gradualmente, rumo ao socialismo — nem sequer enquanto primeira etapa do comunismo — a menos que a dominação imperialista se encerre no chamado Ocidente. Recordemos que a China pode ser a segunda economia do mundo, mas sua produtividade do trabalho é inferior a um terço da dos EUA” (“IIPPE 2021: imperialism, China and finance”, cit.).

Essa formulação das premissas materiais essenciais de qualquer sociedade em transição ao socialismo nos parece solidamente marxista e toma clara distância das versões stalinistas de socialismo em um só país. O que Roberts não menciona, como veremos em seguida, é que não se trata apenas das premissas econômicas. Para falar propriamente de uma sociedade de transição — definição que implica, justamente, um trânsito, ou seja, um sentido de movimento de um regime social a outro — é imprescindível considerar também critérios relacionados ao regime político e ao papel efetivo da classe trabalhadora como classe realmente dominante. Sem a presença desse papel, não se pode falar, a nosso ver, de sociedade em transição ao socialismo. Mas é precisamente esse fator que uma abordagem economicista deixa de lado, em benefício de critérios puramente econômicos.

Mais uma vez, é necessário lembrar que os parâmetros de uma transição não são os mesmos da sociedade capitalista: a separação funcional entre economia e política, que caracteriza o capitalismo, deve tender a ser superada por um poder da classe trabalhadora cujo papel vai muito

além de “garantir o crescimento econômico”, para apontar à transformação radical do conjunto das relações sociais. E é nesse critério que a China sob a égide do PCCh, como vimos, está muito longe de corresponder — não apenas como “comunista”, mas nem sequer como agente de uma transição genuína.

Dito isto, Roberts introduz um conceito digno de nota: o de “transição aprisionada” (trapped transition). Isso significa que a China “não é capitalista (ainda), mas também não está se movendo em direção ao socialismo” (idem). Essa ressalva nos parece importante: embora não compartilhemos a avaliação de Roberts de “sociedade não capitalista nem socialista”, consideramos valiosa sua admissão de que, mesmo que fosse assim, não há movimento em direção ao socialismo, isto é, não há progresso da transição; ela está bloqueada, “aprisionada”.^[2]

O decisivo aqui é definir exatamente qual é o elemento central que bloqueia essa transição, porque disso decorrem conclusões políticas profundas. Essa transição está bloqueada porque, como o próprio Roberts assinala muito bem, não há democracia operária, nem planejamento democrático, nem verdadeiro “poder dos trabalhadores”? Ou o obstáculo é puramente econômico: a continuidade da presença de empresas privadas locais e estrangeiras e a erosão da planificação estatal pelo mercado?

Dependendo de qual seja a resposta, impõe-se, ou bem uma posição política completamente independente do PCCh, de sua liderança atual e de suas políticas — que sustente a necessidade de pôr em pé e desenvolver órgãos e instituições dessa democracia operária ausente —, ou bem uma orientação de “expectativa”, esperando que o PCCh (ou alguma de suas facções) acerte a mão com uma linha mais “estatizante”, “planificadora” e “antimercado”. É desnecessário dizer que, para nós, essa segunda opção representa um perigo imenso e uma via morta para as necessidades e aspirações das massas

chinesas, e reduziria a crítica marxista do Estado e da sociedade chinesa ao papel de mera consultoria externa de um PCCh que, para piorar, não tem qualquer intenção de pedir conselhos (muito menos de aceitá-los).

Para concluir, digamos que Roberts admite sem rodeios que sua visão sobre a China “é minoritária. Os ‘especialistas em China’ ocidentais dizem em uníssono que a China é capitalista, e além disso uma forma desagradável de capitalismo, ao contrário dos capitalismos ‘democrático-liberais’ do G-7. Da mesma forma, a maioria dos marxistas concorda que a China é capitalista, inclusive imperialista” (idem).

Para sermos francos, não estamos em condições de afirmar se, entre os marxistas, a posição de Roberts é tão minoritária e se é tão esmagadora a maioria a favor de defini-la como capitalista ou imperialista. Mas, mesmo se assim fosse, nos parece que é preciso levar em conta um amplo leque de matizes e diferenças, que têm também consequências no campo das definições políticas. Tão arriscado quanto negar as divergências teóricas é supor que estas se traduzem de maneira absolutamente mecânica na política: entre aqueles que definem a China como “em transição” há visões muito diversas e, com maior razão ainda, entre aqueles que sustentamos o caráter capitalista do Estado chinês.

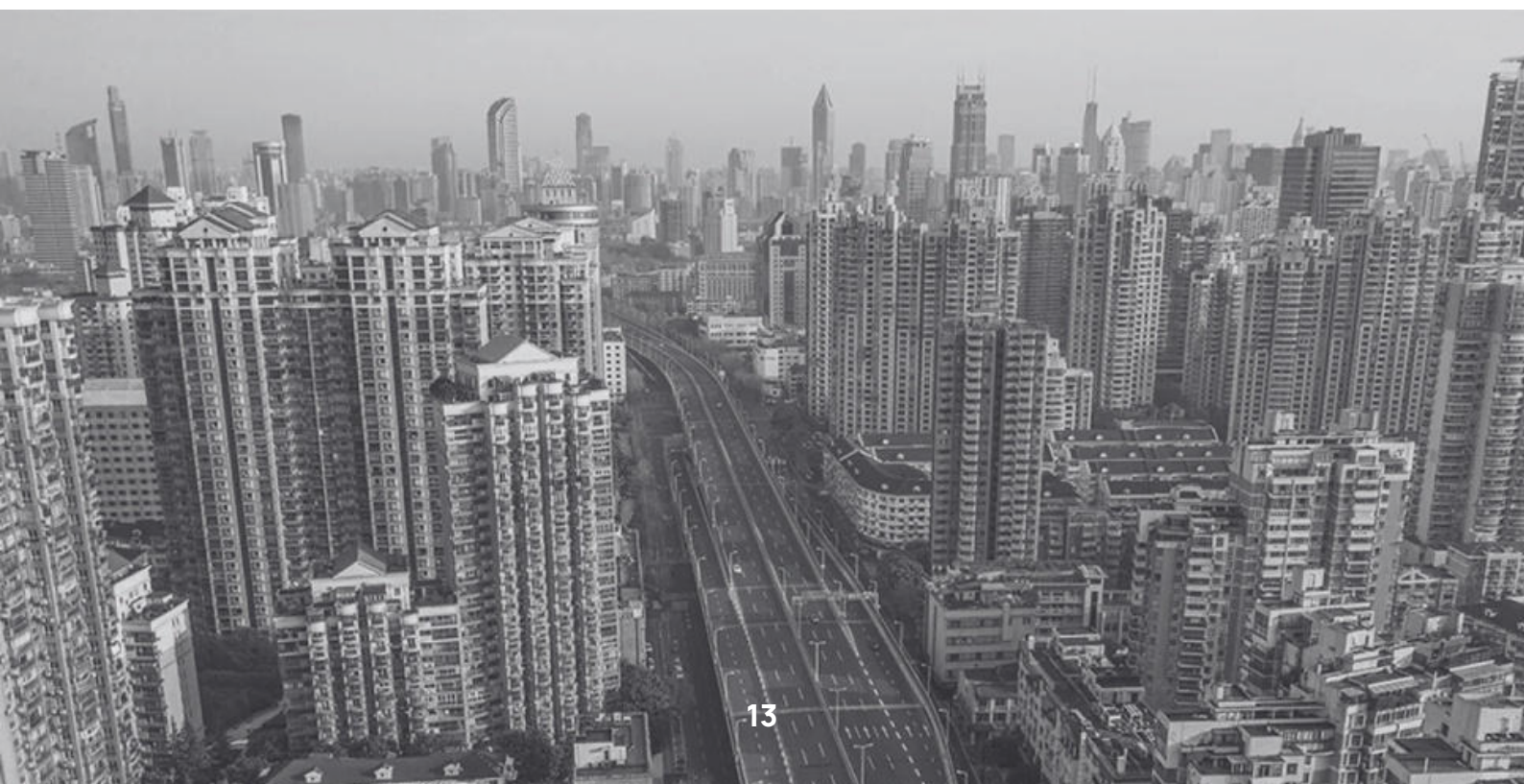
■ 1.3 Claudio Katz e a “transição irresolvida”

A exposição de Katz, como mencionamos, tem a vantagem da clareza. Ele afirma que:

“Na China não vigora nem capitalismo nem socialismo. Predomina uma modalidade histórica intermediária e irresolvida, junto a uma formação burocrática no manejo do Estado. O funcionalismo que controla o poder estatal não atua por simples delegação da nova classe proprietária. Busca sustentar — mediante elevado ritmo de crescimento — um equilíbrio entre todos os setores sociais do país.”

(“Descifrar China II: ¿Capitalismo o socialismo?”, 28-9-20)

Até aqui se trata de uma formulação que depois se buscará demonstrar, de modo que é preciso chegar a esse ponto para examinar as premissas em que se apoia. Só queremos chamar a atenção para o objetivo que, segundo Katz, a direção chinesa se propõe. Não parece muito compatível com a “continuidade do marxismo como ideologia” — que, como vimos acima, para Katz cumpre um papel relevante ao comparar o caminho da revolução chinesa com o da URSS e dos países do Leste Europeu — a meta tipicamente policlassista e própria da



maioria dos partidos capitalistas de “manter um equilíbrio entre todos os setores sociais”. Essa concepção, como já assinalávamos em 2020, foi, essa sim, sancionada como ideologia oficial e efetiva a partir de 2002 com o nome das “três representações”.

Katz admite que o processo chinês deu passos em direção ao capitalismo, mas considera que essa virada não é irreversível, e sim que “permanece inconclusa”, por uma série de razões. A esse respeito, “para dirimir o grau de reintrodução do capitalismo”, ele considera três critérios propostos pelo economista húngaro János Kornai,[3] “o alcance da propriedade privada, as normas de funcionamento da economia e o modelo político vigente (...). Com esses indicadores, destacamos que a China avançou rumo ao capitalismo no primeiro terreno, não definiu um perfil definitivo no segundo e enfrenta um severo dilema no terceiro” (“Decifrar China II: ¿Capitalismo o socialismo?”, cit.).

Como advertimos no começo desta seção, não nos parece a abordagem mais produtiva focalizar o debate no supostamente “factual”, e sim nas conceituações. Isso não significa, naturalmente, que um acordo mínimo sobre certos dados não tenha importância alguma. Mas, como observa com razão Katz, “o grau de privatização atual da economia chinesa é muito controverso”, e não nos faz avançar muito simplesmente contrapor citações ou estimativas. Apenas traremos aqui uma ressalva e dois dados de origem oficial.

A ressalva é que nos parece francamente duvidoso que um “traço distintivo do modelo” chinês seja “a preservação da terra como propriedade pública” (“Descifrar China II: ¿Capitalismo o socialismo?”, cit.). Consideramos que a situação do campo chinês é muito mais mista e complexa; remetemos, a esse respeito, ao nosso trabalho de 2020.

Os dois dados que nos parecem significativos são, primeiro, que as empresas privadas representam mais de 80% do emprego urbano em 2022, contra apenas

4% em 1989. O outro é a conhecida fórmula “56789”, que citamos em 2020 e que resume esse quadro: o setor privado responde por “50% das receitas tributárias, 60% do PIB, 70% da inovação tecnológica, 80% dos empregos e 90% das empresas” (M. Yunes, “China, anatomia...”, cit.).

Mas não consideramos que esses ou outros números sejam, por si mesmos, suficientes para encerrar um debate que deve percorrer outros caminhos, mais teóricos. Além disso, para Katz, o maior obstáculo a um eventual retorno ao capitalismo que ainda não se teria consumado não é a estrutura econômica — pelo contrário, ele considera que esse é o terreno em que mais se avançou, embora depois relativize bastante essa afirmação —, mas sobretudo a ordem política, ou, o que é o mesmo, o regime hegemônico pelo PCCh. A esse respeito, afirma-se que “a classe capitalista já formada na China atua sob um sistema político que não domina”, avaliação que coincide com a de Roberts.

Veremos em seguida os perigos que implica propor o PCCh — pelo menos em determinados períodos, entre os quais se poderia muito bem incluir a atual gestão de Xi — nada menos que como um “dilema” ao avanço do capitalismo na China. Agora queremos nos concentrar no fato de que, em geral, o olhar de Katz aponta para uma exterioridade quase absoluta da classe capitalista privada em relação ao Estado e ao partido. Trata-se de uma questão na qual o debate apresenta posições praticamente opostas por completo, indo desde a total “estranheza” da classe capitalista — cuja existência quase ninguém nega — em relação ao partido (ou ao Estado, ou ao partido-Estado) até a “fusão” de ambos os setores, com toda a gama intermediária.

Assumindo que se trata de um problema complexo e em aberto, cuja compreensão não é facilitada pela dificuldade de acesso a informações-chave sobre as relações entre ambas as partes, entendemos que há múltiplos indícios de uma profunda imbricação entre um setor e outro, com relações tão estreitas que até mesmo para

observadores internos da sociedade chinesa é difícil desembaraçá-las. Nada mais distante da realidade, na China, do que postular a existência de uma linha demarcatória sempre nítida, clara e distinta entre os funcionários do partido e do Estado, por um lado, e os proprietários de empresas capitalistas privadas, por outro.

No entanto, para Katz, definir o Estado chinês como capitalista é uma leitura que “vê identidades onde prevalecem separações. A nova classe burguesa e a burocracia que controla o Estado permanecem como dois setores diferenciados. A primeira não capturou o poder e a segunda não se transformou em um mero grupo de proprietários enriquecidos. A continuidade dessa distinção não invalida que vários milionários ocupem altos cargos oficiais ou que as famílias de muitos figurões exibam um nível de vida ultra confortável. O que interessa conceitualmente não é esse cômputo de riquezas, mas o papel objetivo que cada setor cumpre numa formação econômico-social.” (“Decifrar China III: Projectos en disputa”, cit.)

Em certo nível de análise, Katz tem razão: não faz sentido colocar o debate sobre o caráter do Estado essencialmente sobre a base do nível de fortuna pessoal dos burocratas do partido e do Estado.

A nomenclatura do PCUS na URSS desfrutava de privilégios similares, ou pelo menos não qualitativamente diferentes, e concordamos com Katz que a definição do Estado não derivava apenas dessa realidade.

Mas há um segundo nível, precisamente aquele que Katz propõe, referente à definição funcional dos setores burocráticos. Como ele assinala com sua habitual clareza, trata-se de discernir se, do ponto de vista de sua função social, prevalece a separação ou a identidade entre ambos os setores sociais. E aqui é necessário observar que essa separação tão nítida que ele estabelece entre a nova classe capitalista e a burocracia do PC não é um traço sobre o qual haja unanimidade entre os analistas da sociedade e do Estado chineses. Ao contrário, o material fornecido pelos estudos empíricos — material que, dada a opacidade informativa imposta pelo PCCh, nem sempre é fácil de reunir — não sugere uma resposta tão conclusiva quanto a de Katz. Em todo caso, cabe reconhecer, primeiro, que há um nível evidente de inter-relação e, segundo que “separação” ou “identidade” não são as únicas duas opções da análise, mas sim os extremos de um espectro em que existem diversos graus e matizes, abertos a interpretações e, sobretudo, a mudanças dinâmicas.



Por exemplo, o marxista britânico Adrian Budd sustenta que “o capital privado está profundamente imbricado [intertwined] com o partido-Estado. Um relatório interno do PCCh já em 2006 mostrava que 90 por cento dos milionários eram ou estavam estreitamente vinculados a altos funcionários; ao mesmo tempo, mais da metade dos capitalistas das zonas costeiras [as mais ricas e desenvolvidas da China, MY] tinham raízes no PCCh ou no Estado” (“China and imperialism in the 21st century”, cit.; a fonte de referência é David Goodman, *Class in Contemporary China*, 2014). Com base nesses e outros dados similares, Budd conclui que existe “uma relação simbiótica entre o partido-Estado e o setor privado”.

Por sua vez, Martin Hart-Landsberg, da *Monthly Review*, chega a dizer que há diretamente uma “fusão entre o partido-Estado e as elites capitalistas em torno de um compromisso compartilhado de manter o avanço da reestruturação capitalista da China” (“The US economy and China: capitalism, class and crisis”, *Monthly Review*, fevereiro de 2010). Au Loong Yu, como veremos mais adiante, também sugere o conceito de “fusão”.

Mas essa ideia de “fusão”, na medida em que implica o desaparecimento das diferenças específicas em uma nova entidade uniforme — que, aliás, não é claramente definida —, nos parece exagerada e analiticamente perigosa. Na verdade, ela representa, como assinalamos acima, assumir a postura simetricamente oposta à da separação total. Ambas nos parecem unilaterais. Em vez disso, a definição de “relação simbiótica”, como metáfora, nos parece mais fértil e capaz de expressar de maneira mais precisa e, ao mesmo tempo, mais aberta o vínculo inegável entre a burguesia capitalista e a elite burocrática, sem obliterar diferenças nem especificidades.

De todo modo, não há como negar que essas relações complexas e opacas mudaram profundamente ao longo das últimas décadas — em geral, no sentido de uma maior aproximação recíproca — e

seguirão mudando, o que impõe a necessidade de atualizações permanentes.

Cabe registrar que o recente giro de Xi ao “disciplinamento” do capital privado, na medida em que parece uma mudança de direção em relação à predominante nas gestões anteriores desde Deng Xiaoping, exige tanto uma explicação de sua origem quanto uma definição de seu alcance e limites.

Isso é tanto mais urgente porque visões como a de Roberts, que sublinham a ideia da ampliação do setor estatal da economia como o “caminho correto”, ou como a de Katz, que identifica como um dos “diques” ao avanço do capitalismo o fato de que o PCCh mantém a classe capitalista afastada do poder político, [4] podem acabar considerando como progressivo o giro relativamente mais “estatista” na economia e mais “partidista” na política promovido por Xi e pelo XX Congresso. Esclarecemos explicitamente que nem um nem outro afirmam algo desse tipo, mas acreditamos que, eventualmente, essa conclusão poderia se inscrever na lógica de suas posições.

■ 1.4 A experiência da NEP e o economicismo

Neste tema, como adiantamos, aparece uma das diferenças na “concepção econômica do socialismo” entre Roberts e Katz. Enquanto o primeiro parece atribuir um sinal positivo invariável a todo avanço do setor estatal (para ele, socialista ou ao menos não capitalista), a posição de Katz é mais aberta à possibilidade de que, em uma transição, existem outras combinações de formas de propriedade — chegando, porém, ao outro extremo, ao sugerir que sempre deve haver certa proporção de mercado. Mas ambos têm em comum o fato de deixarem de lado, de forma unilateral, qualquer fator extraeconômico em seus critérios de definição da sociedade, que passariam única — ou pelo menos essencialmente — pela economia e pelas relações de propriedade. [5]

Assim, para Katz, “aqueles que rejeitam de forma indiscriminada todas as políticas econômicas das últimas décadas, implicitamente, contestam a reintrodução do mercado. Não registram que essa gestão foi compatível com a Nova Política Econômica (NEP) de Lenin nos anos 1920 e que é incontornável para qualquer projeto pós-capitalista em países subdesenvolvidos. Ou, acaso, o esquema oposto de planificação compulsória e centralizada da URSS em 1950-60 era melhor?” (“Decifrar China II: ¿Capitalismo ou socialismo?”, cit.).



Nessa formulação se concentra o caráter economicista da abordagem de Katz. Ele tem toda razão ao afirmar que o simples fato da “reintrodução do mercado” não decide, por si só, o caráter capitalista ou não do Estado. Mas tirar conclusões bem diferentes das nossas da experiência da NEP na URSS. Para Katz, a existência de pelo menos certo grau de mercado é “incontornável para qualquer projeto pós-capitalista em países subdesenvolvidos” e, portanto, não pode ser usada como critério para sustentar a vigência do capitalismo na China. Independentemente da validade estritamente econômica desse argumento — à qual voltaremos brevemente —, o debate passa por outro ponto.

O cerne do problema, ao decidir se é como avança o processo de transição, não está na equação ideal entre planificação estatal e regulação de mercado, mas em **quem** exerce o poder e **como** o exerce. O que decide não apenas o rumo da transição ao socialismo, mas o fato concreto de se ela existe ou não, não é nenhuma proporção específica de plano ou mercado, e sim se a classe trabalhadora, com sua própria institucionalidade, seus organismos e partidos, detém de fato o poder como

O que decide não apenas o rumo da transição ao socialismo, mas o fato concreto de se ela existe ou não, não é nenhuma proporção específica de plano ou mercado, e sim se a classe trabalhadora, com sua própria institucionalidade, seus organismos e partidos, detém de fato o poder como sujeito social efetivo, ou se — como ocorre na China e como ocorreu em todos os Estados burocráticos desde a stalinização da URSS — é apenas objeto passivo da regimentação, opressão e exploração burocráticas.

Por essa razão, o que ensina a experiência da NEP é, na verdade, que a proporção adequada entre Estado e mercado é algébrica — uma incógnita impossível de resolver a priori e que dependerá necessariamente das circunstâncias concretas de cada momento, econômicas e políticas, internas e externas. Como resume Pierre Naville: “Nem Marx, nem Engels, nem Lenin, nem Trotsky se aventuraram a fixar os ritmos, os prazos e nem sequer as formas [da transição] (...). O que os fatos demonstram é que nenhum esquema geral ou simples, que pretenda substituir o desenvolvimento concreto, pode prescrever um caminho para esse desenvolvimento”

(Le nouveau Léviathan 4: les échanges socialistes, p. 479, grifos no original).

Nesse sentido, parece-nos metodologicamente equivocada a postura de Katz de assumir, como parte do balanço das experiências “socialistas” do século XX, que deve haver, necessariamente e em qualquer circunstância, um lugar para o mercado, sob o risco de se recair no “esquema oposto da planificação compulsória e centralizada da URSS em 1950-60”. É bem possível que, pelas exigências concretas da situação, esse venha a ser o resultado, mas postulá-lo como um a priori não faz sentido, salvo talvez como antídoto contra uma visão dogmática da planificação.

Katz parece supor que uma das grandes lições do século XX para os socialistas é a necessidade de evitar a “planificação compulsória” e um Estado onipresente na economia.[6] Se o objetivo fosse apenas tomar distância das irracionalidades patentes da planificação burocrática ou de projetos brutais como a coletivização forçada do início dos anos 1930 na URSS, isso seria compreensível. Mas o foco está no lugar errado: a lição mais decisiva do século XX para qualquer projeto socialista do século XXI não diz respeito a nenhuma fórmula particular ou especialmente “criativa” de relação entre Estado e mercado, e sim à necessidade do poder político efetivo da classe trabalhadora na transição — condição que, essa sim, nos parece “incontornável para qualquer projeto pós-capitalista em países subdesenvolvidos” ... e também nos desenvolvidos.[7]

É muito importante examinar o sentido e as lições da NEP, já que esse período se converteu em pedra de toque de muitos debates sobre o “modelo econômico chinês”. O livro de John Ross, do Instituto Chongyang de Estudos Financeiros da Universidade Renmin (China), *China's Great Road*, defende o atual modelo econômico chinês, que ele define como uma “versão radical do keynesianismo”. Ross chega a dizer que as políticas pós-Deng de reforma e abertura estavam “muito mais em linha com Marx do

que as da URSS” a partir do primeiro Plano Quinquenal soviético, sugerindo que uma linha ao estilo da NEP, que concedia espaço ao mercado e à propriedade privada, se aproximaria, nesse sentido, da adotada pela China desde os anos 1980.

Segundo Roberts, Ross “parece aceitar a visão de Deng de que a planificação e a propriedade estatal não eram vitais para o êxito da China e que o mercado poderia supri-las, inclusive com vantagem, no desenvolvimento da economia chinesa” (“Views on China”, cit.). A isso, Roberts, com uma visão bem mais hostil a essa linha de “abertura”, responde corretamente que abrir espaço para o investimento privado, inclusive estrangeiro, mesmo que possa ser necessário em determinados casos, implica “sérias contradições e consequências para o ‘socialismo’ na China”, e que a adoção da NEP por Lenin e pelos bolcheviques em 1921 foi feita “a contragosto” e considerada um “retrocesso necessário na transição ao socialismo” em meio ao colapso da produção agrícola após a guerra civil. Além disso, em oposição à idealização da NEP pelos “reformistas pró-mercado” do PCCh e seus admiradores, Roberts recorda, com pertinência, que “Lenin chamou a NEP de ‘capitalismo de Estado’, não de ‘socialismo com características especiais’ de qualquer tipo” (idem).

Nesse sentido, é interessante a formulação de Isabelle Weber em *How China escaped shock therapy*, obra que recebeu apoio entusiástico do “especialista em desigualdade” Branco Milanovic. Weber analisa as razões pelas quais a China não seguiu o caminho da URSS e do Leste Europeu, marcado pelo desmonte quase total das instituições anteriores e pela privatização selvagem. Em vez disso, a China optou por uma “abertura gradual da economia planificada ao capitalismo, em parte por meio de privatizações, mas sobretudo por aquilo que Weber chama de ‘ingresso gradual do mercado’ na economia chinesa (gradual marketization), sem levar a uma ‘assimilação completa’ ao capitalismo” (Roberts, cit.). Weber acrescenta que esse caminho não se impôs sem um sério debate

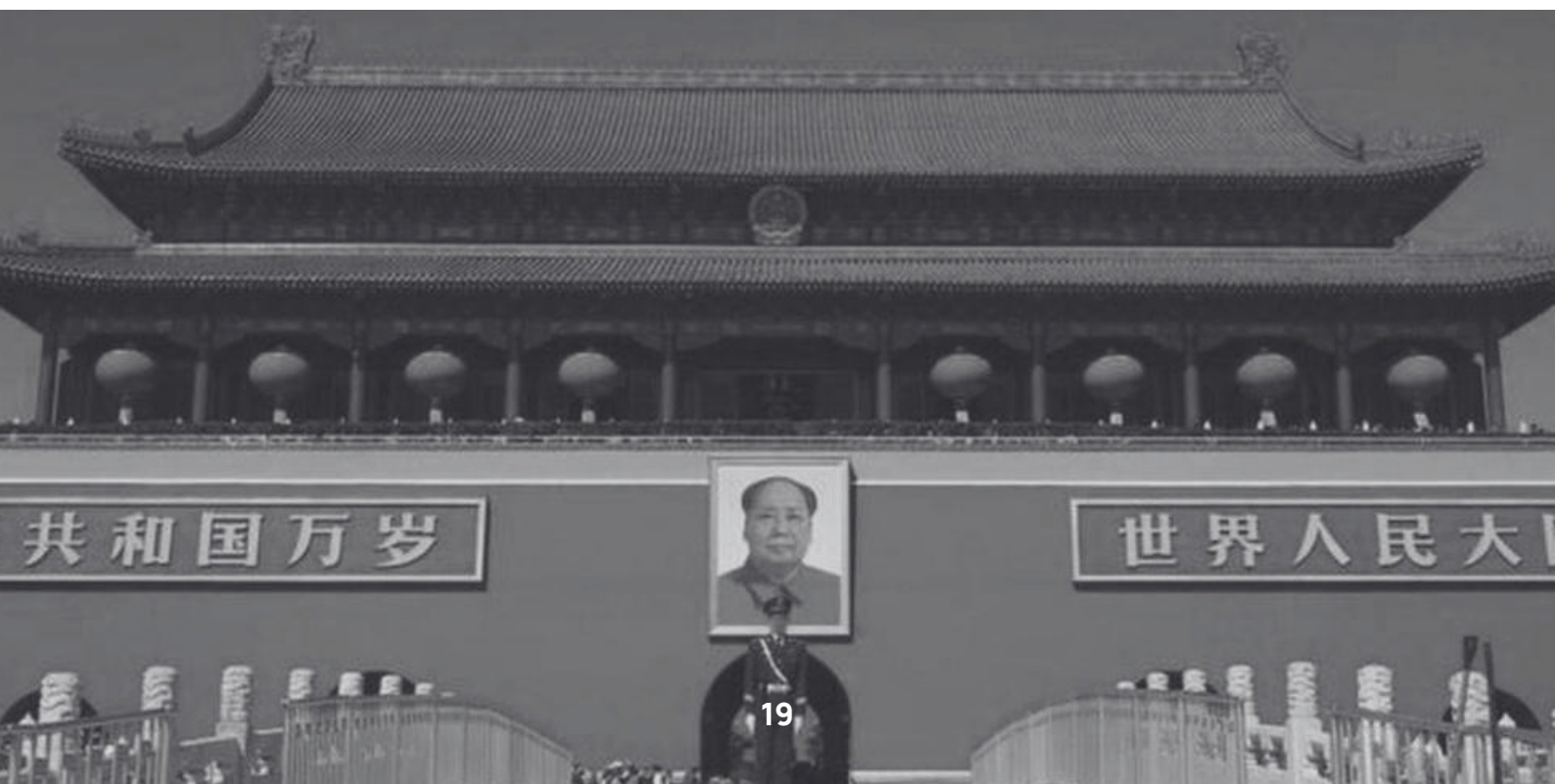
interno durante a primeira década de abertura (1978–1988), contrapondo-se ao setor que defendia uma “terapia de choque” ultraliberal ao estilo da Rússia pós-soviética.

Assim, a opção que acabou predominando foi, segundo Weber, a de uma “NEP longa” (long NEP), em que terminaram convergindo os setores mais liberais depois do massacre da Praça Tiananmen em 1989. Durante os anos 1990, o “modelo chinês” adicionou níveis mais altos de abertura ao mercado, privatizações e desregulamentação das relações trabalhistas no setor privado, mas, em clara oposição ao rumo da ex-URSS, o PCCh jamais afrouxou as rédeas do controle político. E esse é, talvez, o maior elemento de continuidade e o “fio vermelho” das políticas da direção chinesa de Deng Xiaoping a Xi Jinping.

É bastante lógico que aqueles que justificam o giro de abertura da direção chinesa, tanto do campo dos “keynesianos” pró-capitalistas quanto do dos panegiristas “socialistas” do PCCh, se apoiem no exemplo da NEP soviética. Nem é preciso dizer que, como pontua Roberts, uns e outros cuidam muito bem de omitir que Lênin e os bolcheviques sempre apresentaram a NEP como um recuo imposto pelas circunstâncias, e jamais a elogiaram como um “modelo” possível, muito menos como a via régia da transição ao socialismo.[8]

Entre outras razões, por um motivo que o próprio Roberts destaca e que se opõe à ideia de Katz, que veremos mais adiante, de uma transição de “séculos” entre um sistema e outro. Quando Xi afirmava em um de seus discursos [9] que “precisamos aproveitar tanto a mão invisível quanto a mão visível”, isto é, a do mercado e a do Estado, ecoa de forma quase explícita a teoria dos “ratos” de Deng. Lembremos que Deng relativizou as diferenças entre plano e mercado com sua famosa frase de que “não importa se o gato é preto ou branco, o que importa é que cace ratos”. Mas, pergunta Roberts, “é possível que o gato do setor privado e o gato do setor estatal possam viver juntos e em harmonia no futuro próximo, ou será que as contradições inerentes a essa combinação se ampliarão e se intensificarão?” (“Views on China”, cit.).

De fato, aqui temos um nó problemático crucial: o fato de que, ao contrário das estratégias “decenais” do PCUS em seu tempo e do PCCh depois, a “convivência pacífica” entre uma ordem global capitalista e uma região não capitalista (durante a Guerra Fria) ou entre os setores estatal (“socialista”) e privado (“capitalista”, embora, a nosso ver, ambos o sejam) na China — que, além disso, é um ator de primeira grandeza na globalização capitalista pós-1990 — só pode ser, por definição, instável.



Para retomar a expressão de Weber, não é razoável postular uma “NEP de duração indefinida”.

Além disso, se nossa avaliação do Estado chinês estiver equivocada e não vigorar ali um capitalismo burocrático de Estado, mas sim uma formação transitória entre capitalismo e socialismo, com muito mais razão é preciso apontar as perigosas inconsistências dessa ordem social. A experiência fulminante da URSS e dos países do Leste Europeu — que, por trás da pesada fachada burocrática, ocultavam uma erosão e fragilidades sistêmicas de tal magnitude que desabaram como um castelo de cartas — é bastante elucidativa a esse respeito. Só o otimismo autocomplacente da burocracia pode supor que um statu quo tão pouco orgânico possa durar décadas e décadas (nem falar em séculos!) sem estar permanentemente exposto a “ameaças existenciais”, seja por parte do imperialismo ocidental... seja por parte da rebelião dos trabalhadores e demais setores oprimidos, que é justamente a aposta dos marxistas revolucionários.

■ 1.5 Uma analogia e um prognóstico problemáticos

Justamente em virtude do problema que acabamos de mencionar, sobre a instabilidade estrutural desse tipo de regime, vale deter-se numa analogia histórica feita por Katz em defesa de sua definição da China como sociedade em transição. Em um excursus histórico ao qual também retornaremos no debate sobre o imperialismo, Katz sustenta que “as discussões sobre a origem do capitalismo reforçaram a percepção de uma longa transição de vários séculos, com diversas modalidades de coexistência de classes dominantes (...). Essa mesma conclusão poderia ser aplicada atualmente à China. Sua eventual passagem ao capitalismo não precisaria necessariamente apresentar o desfecho abrupto que imperou na Rússia ou na Europa Oriental.

Poderia efetivar-se ao longo de várias décadas e, nesse caso, caberia caracterizar o regime vigente durante esse período intermediário” (“Descifrar China II: ¿Capitalismo o socialismo?”, cit.).

Katz procura dar conta de um problema real: fornece uma explicação para o curso diferenciado da China, de um lado, onde o Partido Comunista jamais perdeu o controle do Estado e da sociedade — e onde, para vários autores, a restauração do capitalismo não é um fato consumado —, e, de outro, a URSS e o Leste Europeu, onde tanto a saída do Partido Comunista do poder político quanto a restauração capitalista foram fulminantes. Mas, para além dos elementos utilizados nessa explicação, o recurso à analogia com a longa transição do feudalismo ao capitalismo, desde a Alta Idade Média até a consolidação definitiva do capitalismo industrial no século XIX, nos parece trazer mais confusão do que clareza.

É impossível, nos limites deste texto, entrar a fundo no debate historiográfico; basta apontar os problemas que, a nosso ver, essa comparação apresenta. Em primeiro lugar, o capitalismo era uma ordem social jovem e ascendente; mesmo que se aceitasse a existência de uma “situação transitória entre capitalismo e socialismo”, no caso da China ela expressa uma realidade instável, quase “residual”, de um impulso revolucionário (que, a nosso ver, além disso, não foi socialista — mas esse é outro debate) bloqueado há décadas. Como vimos, o próprio Roberts define essa situação como uma “transição aprisionada”, estagnada por falta de impulso. Nessas condições, supor que a “transição” terá um curso tão calmamente estendido ao longo de “várias décadas” ou mesmo “séculos” nos parece algo fora das possibilidades do contexto histórico atual.

Mesmo deixando de lado a maneira como se dividem as fases sucessivas do processo chinês (tema que trataremos em seguida), uma coisa é certa: não há possibilidade de que uma formação social burocrática, não

orgânica, como a que se constituiu depois da revolução de 1949 — e na URSS após a stalinização, e nos demais países do Leste desde o início — desfrute de “décadas” de estabilidade em um entorno hostil. Como observa o marxista francês Pierre Naville em seu monumental estudo sobre os Estados burocráticos — que ele chamava de “socialismos de Estado” —, “é necessário reconhecer que esse período de transição (...) deve ser também um período de luta econômica, social e política. (...) O sentido da transição não tem por que ser simples ou unívoco. Pode ser uma mistura, seja uma justaposição ou um composto, pode ser uma declinação ou um retrocesso, ou um começo (...)” (Le nouveau Léviathan 4: les échanges socialistes, p. 478-479, grifo no original). A resultante dessas lutas contínuas dificilmente pode ser uma estase de décadas; ao contrário, o que se deve esperar é que o choque de forças sociais e de classe desemboque em mudanças profundas, como as que, a nosso ver, ocorreram na China com o giro capitalista de Deng Xiaoping.

Por outro lado, é verdade que Katz é metodologicamente cauteloso e deixa em aberto o rumo futuro dessa transição, que considera “irresoluta” e que poderia avançar em um sentido ou em outro. Nesse sentido, em um texto posterior, ele propõe uma perspectiva de “três cenários” possíveis na confrontação entre EUA e China. Aí aparece outro problema, desta vez de ordem política.

O primeiro desses cenários é a vitória dos EUA, que lhes permitiria revogar a ameaça chinesa e recompor sua posição hegemônica (além de, supõe-se, consolidar definitivamente a restauração capitalista na China). O segundo seria um curso no qual a China, “com uma estratégia capitalista de livre-comércio”, “reforçaria sua transformação em potência imperial”. O terceiro seria “uma vitória do gigante oriental, conquistada em um contexto de rebeliões populares, [que] modificaria por completo o cenário internacional. Esse triunfo poderia induzir a China a retomar

seu posicionamento anti-imperialista em um processo de renovação socialista” (“China: tan distante del imperialismo como del Sur global”, 20-4-2021).

Esse terceiro cenário deixa em aberto definições políticas que nos parecem cruciais. Sem dúvida, uma derrota da ofensiva ianque contra a China “em um contexto de rebeliões populares” significaria um giro categórico à esquerda na relação de forças na luta de classes mundial. O que não fica claro na formulação excessivamente concisa de Katz é qual papel o PCCh desempenharia nesse ascenso de massas. A expectativa é que, entre suas “correntes internas”, surja uma ala marxista revolucionária, não burocrática, hoje inexistente? Que o próprio Xi realize um “giro à renovação socialista” ou “anti-imperialista” (ainda que “com características chinesas”)? Ou significa, como entendemos, que a rebelião e a mobilização popular deveriam se propor a construir seus próprios instrumentos políticos independentes, por fora, acima e contra o regime stalinista e burocrático do PCCh?

Sem dúvida, qualquer processo profundo de mobilização de massas na China gerará crises, fissuras e explosões no supostamente monolítico PCCh, e qualquer nova formação política que venha a se constituir contará inevitavelmente, em suas fileiras, com ex-membros do partido, inclusive dirigentes de certo peso. Portanto, não se trata aqui de defender “purismos” absurdos, mas de dar uma definição política clara sobre o caráter atual do PCCh: é ou não uma organização burocrática, stalinista, profundamente anquilosada e conservadora? Diante de uma autêntica rebelião de massas, tenderá a reprimi-la por todos os meios, como fez da maneira mais criminosa em Tiananmen, ou é razoável esperar que essa rebelião impulsione a cúpula do partido a “retomar seu posicionamento anti-imperialista”?

A nosso ver, alimentar esperanças em um “giro à esquerda” ou em uma “regeneração”

do PCCh é ou absoluta ingenuidade, ou resultado de ter permanecido preso ao ultrapassado marco teórico do “trotskismo de Yalta” e suas expectativas de que as “condições extraordinárias” da luta de classes empurrariam os aparatos stalinistas “para além de seus limites”. Todo o balanço das experiências do “socialismo real” no século XX aponta na direção oposta. [10]

■ 1.6 Periodizações em disputa

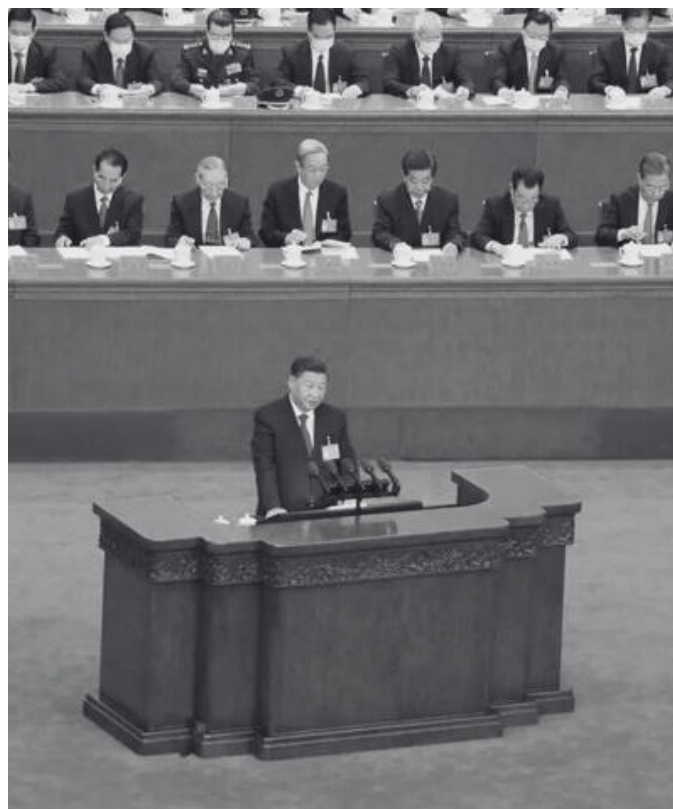
Passando à evolução do processo econômico e político na China, Katz apresenta um resumo ordenado e coerente de suas etapas; no entanto, para além das diferenças conceituais mais gerais já expostas, há aspectos da periodização que ele propõe que nos parecem pouco convincentes ou imprecisos. A esse respeito, mais adiante nos apoiaremos em uma periodização alternativa, a de Pierre Rousset.

Apoiando-se em um expoente da Nova Esquerda chinesa — corrente cujo alcance atual desconhecemos francamente —, Katz postula uma “distinção qualitativa entre o período de reformas mercantis (1978) e a etapa das privatizações (1992). Longe de constituírem dois momentos de uma mesma trajetória, envolveram rumos contrapostos de compatibilidade com o socialismo e alinhamento com o capitalismo” (“Descifrar China II: ¿Capitalismo o socialismo?”, cit.).

No entanto, essa ideia de descontinuidade e mudança de rumo entre o período de reformas de Deng e a onda de privatizações dos anos 1990, como ocorre com muitas avaliações que dependem de dados às vezes pouco acessíveis, também é objeto de controvérsia. Como observa Isabelle Weber em *How China Escaped Shock Therapy* [Como a China evitou a terapia de choque], não foi outro senão o próprio Deng Xiaoping quem formalizou, em outubro de 1992, o lançamento da “economia socialista de mercado com características chinesas”.

Seu sucessor, Jiang Zemin, defendeu essa formulação afirmando que “a distinção essencial entre socialismo e capitalismo não está em se a ênfase é na planificação ou na regulação pelo mercado. Essa tese brilhante nos libertou da ideia restritiva de que a economia planificada e a economia de mercado pertencem a sistemas sociais basicamente diferentes, e dessa forma gerou um grande avanço [breakthrough] em nossa compreensão da relação entre regulação pelo mercado e pela planificação” (citado por M. Roberts, “Views on China”, cit.). A formulação popular dessa “tese brilhante”, como vimos, é a imagem dos gatos de cores diferentes de Deng.

Por sua vez, A. Budd tampouco enxerga essa suposta descontinuidade entre as orientações de Deng (1978–1992) e as de Jiang Zemin (1993–2003). Nesse sentido, ele observa que “1992 foi um ano de virada”, mas por razões opostas às que supõe Katz: não como uma ruptura do rumo estabelecido por Deng, e sim como sua continuação em um novo patamar. Para Budd, “a ‘virada ao sul’ de Deng retomou o projeto de abertura à economia global” (cit.).



Além disso, vale lembrar que foi o próprio Deng quem inaugurou a tradição da enorme influência dos líderes do PCCh supostamente “aposentados” sobre os “delfins” que contribuíram para formar. [11] Assim, não é nenhum exagero supor que, longe de ser uma figura meramente decorativa para exibir nos congressos, Deng manteve sua influência sobre as decisões da cúpula do PCCh até sua morte, isto é, durante pelo menos a primeira metade da gestão de Jiang.

Au Loong Yu também estabelece um corte social no que diz respeito ao caráter do Estado sob Mao, de um lado, e seu deslocamento ao capitalismo sob Deng e os que o sucederam. Tampouco aqui Yu vê qualquer hiato entre Deng e seus sucessores — ao contrário, enxerga continuidade. A verdadeira mudança ocorreu, sustenta Yu — e concordamos — com o giro de Deng em direção ao capitalismo: “A China de Mao nunca avançou rumo ao ‘socialismo’ ou ao ‘comunismo’, e sua ‘Revolução Cultural’ significou a destruição da cultura. No entanto, naquele momento, seu regime era definitivamente anticapitalista, ou até antimercado, a ponto de que até os pequenos proprietários eram proibidos. (...) O suposto ‘igualitarismo’ econômico da era Mao era uma meia verdade, já que os funcionários de médio e alto escalão desfrutavam de enormes privilégios. Em termos de igualitarismo político, era completamente falso. Ainda assim, a China de Mao era anticapitalista. Foi Deng quem inverteu o programa de Mao. E é Xi quem leva adiante a política de Deng. Esses pró-capitalistas enriqueceram os funcionários do partido, embora vivam sob o temor constante de perder o controle, especialmente depois da repressão ao movimento democrático de 1989” (“La China de Xi Jinping: reacción, no revolución”, cit.). Observe-se que Yu, mesmo reconhecendo o caráter anticapitalista de Mao — que entendemos decorrer do próprio caráter da revolução chinesa —, não deixa de apontar os enormes problemas de burocratismo e atraso da direção do PCCh sob Mao.

Também Pierre Rousset considera que a linha de corte quanto ao regime social chinês é a que separa Mao de Deng, e não Deng de seus sucessores: “As reformas de Deng Xiaoping iniciadas nos anos 80 e 90 tinham como objetivo pôr a China pós-maoísta no caminho capitalista” (“XX Congresso do PC Chinês: o ponto de inflexão”, cit.). Em seu texto sobre a consolidação da China como “novo imperialismo”, que veremos com mais detalhe na seção seguinte, Rousset propõe uma classificação das etapas do processo político, social e econômico chinês que, em linhas gerais, compartilhamos.

Para começar, na caracterização da própria revolução chinesa de 1949: “O regime maoísta se consolida após uma revolução social, nacionalista, anti-imperialista e anticapitalista (...). O partido-Estado constitui (...) o marco dentro do qual se desenvolve a burocratização enquanto processo” (“A experiência chinesa e a teoria da revolução permanente”, L’Anticapitaliste 126, maio de 2021, em europesolidaire.org). Aqui salta imediatamente aos olhos que, na enumeração dos traços próprios da revolução chinesa, está ausente o de “socialista”. E isso não é um absurdo, mas sim uma compreensão correta de que o elemento que, de modo cabal, constitui o caráter socialista de qualquer processo social é seu conteúdo de classe real, isto é, a presença da classe trabalhadora como sujeito social efetivo desse processo. No contexto da revolução de 1949, com um proletariado industrial dizimado e esmagado política e fisicamente após a derrota da revolução urbana de 1927 e com um Partido Comunista Chinês cujo ativo e cuja influência se concentravam no campesinato, o caráter propriamente socialista da revolução ficou decisivamente diminuído e bloqueado desde o início. [12]

A sociedade a que deu origem o processo revolucionário, explica Rousset, “não é o socialismo, mas uma sociedade em transição cujo resultado é incerto. (...) Por isso é melhor não utilizar a fórmula de uma

sociedade em transição ao socialismo” (“China: o surgimento de um novo imperialismo”, cit.). Nesse ponto temos o matiz — ou a diferença — de que a transição foi “bloqueada”, para usar o termo de Roberts, praticamente desde o início do processo, justamente em virtude da ausência da classe operária e do peso esmagador do aparato burocrático do maoísmo. Portanto, mais do que uma transição, ainda que de “resultado incerto”, começou logo a tomar forma um Estado de características burocráticas, não capitalista e tampouco em transição, mas profundamente instável em sua estrutura. Não obstante, para os efeitos dos principais pontos em debate, podemos continuar com a periodização de Rousset, que citaremos com alguma extensão por sua clareza e síntese conceitual.

Rousset também identifica a instabilidade como um estigma da nova ordem social na China. Assim, relata que “todas as contradições inerentes ao regime maoísta explodem durante a mal chamada Revolução Cultural (1966-1969), uma crise global de grande complexidade (...), durante a qual a administração e o Partido foram reduzidos a pedaços; somente o Exército permaneceu capaz de intervir de forma coerente em nível nacional. Mao acabou chamando-o a intervir para impor um retorno repressivo à ordem, voltando-se contra os Guardas Vermelhos e os grupos operários que o apoiavam. Durante a década de 70, ele preparou o terreno para a ditadura obscurantista da ‘Gangue dos Quatro’, a vitória final da contrarrevolução burocrática. O resultado catastrófico da Grande Revolução Cultural Proletária (GRCP) sanciona a crise terminal do regime maoísta e a morte política de Mao Zedong, dez anos antes de sua morte física” (idem).

A primeira etapa após a consolidação do regime surgido da revolução foi, então, a mais “esquerdista” de todo o processo. O caos econômico e o desarranjo da vida social abriram caminho para um clamor generalizado por algum tipo de “ordem”, que

foi amplamente aproveitado pela nova facção do PCCh no poder: “A contrarrevolução burocrática criou um terreno fértil para a contrarrevolução burguesa, destruindo as mobilizações populares e fazendo com que o retorno de Deng Xiaoping às boas graças, sobrevivente das purgas da GRCP, parecesse um retorno à razão. (...) O que na década de 60 era uma calúnia que justificava as purgas havia se convertido numa realidade nos anos 80: Deng encarna a opção capitalista dentro da nova direção do PCCh” (idem).

Essa etapa é caracterizada por Rousset como “a contrarrevolução dos anos 80”, durante a qual “a ala econômica da burocracia prepara sua mutação, sua ‘burguesificação’ e a reintegração do país ao mercado mundial capitalista” (idem). Entre os pontos de apoio para levar adiante esse processo, Rousset identifica, paradoxalmente, o legado colonial de Macau, Hong Kong e Taiwan, que, ao mesmo tempo em que são fonte de conflitos não resolvidos (sobretudo os dois últimos), “são portas escancaradas para o mercado mundial e as finanças internacionais, que permitem transferências de tecnologia”. Isso, por sua vez, lubrificou a transformação econômica da estrutura chinesa, da qual o PCCh se beneficiou politicamente.

O período de introdução das relações capitalistas em todos os âmbitos foi também a origem de algumas das tremendas desigualdades e contradições que afligem a China até hoje. A formação de um amplíssimo, novo e jovem proletariado, impulsionada pelo “êxodo rural” e pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, forneceu “a mão de obra perfeita para a superexploração que caracteriza o período de acumulação primitiva de capital” (idem).

Foi o pleno desenvolvimento dessa acelerada transformação capitalista da China que deu lugar a crescentes expressões de resistência e descontentamento. O desfecho foi, segundo Rousset, que o PCCh conseguiu “infligir uma

derrota histórica às classes populares durante a chamada repressão de massa de Tiananmen em abril de 1989 (todo o país foi afetado, não apenas Pequim), (...) derrota que faz parte do novo reordenamento das classes sociais. (...) Inverte-se a ordem social e ideológica. (...) Deng Xiaoping defende as virtudes do 'exemplo': supõe-se que o enriquecimento de um anuncia o enriquecimento de todos. O setor econômico estatal opera agora em simbiose com o capital privado" (idem).

Ao nosso modo de ver, faz bastante sentido marxista, e parece coerente com os fatos históricos, sustentar que o giro da direção do PCCh em direção ao capitalismo teve de ser imposto à população sob a forma de uma derrota da classe operária no período da Praça Tiananmen. Se isso é assim, resta investigar o alcance dessa derrota e os eventuais pontos de apoio para uma recuperação da classe trabalhadora, que desde então aumentou enormemente suas fileiras e incorporou traços e tradições novas em relação àquele período.

■ 1.7 Análise nacional ou a partir da globalidade?

Katz introduz um raciocínio histórico e por analogia, em defesa de seu ponto de vista, que, precisamente por sua clareza, ilustra algumas das diferenças que nos separam. Ele menciona a "discussão sobre o nascimento do capitalismo [que] opôs os historiadores que sublinhavam sua origem nacional (Wood) aos estudiosos que enfatizavam sua gênese internacional (Wallerstein). Essa controvérsia contrapôs a existência de múltiplas trajetórias de um sistema forjado no século XIX, a visões de um regime que irrompeu como totalidade mundial no século XVI. Nesse caso, o acerto da primeira abordagem reside nos critérios que ela forneceu para estudar cada capitalismo nacional, em função de suas diferenças com os sistemas anteriores. O inconveniente da segunda ótica consiste na dissolução dessas singularidades. (...) Essa

divergência de critérios internos ou externos para definir a presença do capitalismo ganha atualidade ao avaliar as trajetórias nacionais divergentes seguidas por Rússia ou Europa Oriental frente à China. Esses processos se desenvolveram em um mesmo cenário de globalização neoliberal, mas percorreram caminhos nacionais muito distintos. A expansão mundial do capitalismo que sucedeu ao fim da Guerra Fria não implicou a implantação do mesmo sistema em todos os cantos do planeta. (...) Pelas mesmas razões que a existência de um sistema-mundo não equivalia à automática adscrição da URSS a essa totalidade, a preeminência atual da globalização não pressupõe o capitalismo na China" ("Descifrar China II: ¿Capitalismo o socialismo?", cit.).

Para começar, o raciocínio por analogia entre as características históricas do capitalismo e as do socialismo é sumamente perigoso, na medida em que tende a sublinhar em excesso os traços comuns e a perder de vista as diferenças cruciais entre uma e outra forma de organização social. Mas vejamos a questão em geral e em particular.

Em primeiro lugar, a explicação "nacional" da origem do capitalismo não apenas nos parece equivocada, como em certo sentido até em conflito com o marxismo. Não há como explicar o capitalismo mundial como simples soma de economias capitalistas nacionais, e não como um todo integrado desde o início. O capitalismo é aquilo que é, enquanto ordem social, antes de mais nada porque é um (o primeiro) ordenamento social global. Todo o desenvolvimento do capitalismo moderno é inconcebível, tanto lógica quanto historicamente, sem a conquista da América e de outras regiões não capitalistas, sem a conformação de um mercado mundial, sem o estabelecimento de taxas de lucro diferenciadas por países, regiões e graus de desenvolvimento. Na verdade, sustentamos que, do ponto de vista marxista, essa abordagem global possui uma supremacia epistemológica

indiscutível, por assim dizer, em relação a uma análise por agregação de nações.

Sem dúvida, esse ponto de partida não exime os marxistas do estudo das “singularidades nacionais” — ao contrário, obriga a isso. Mas supor que essa localização global impede esse estudo, ou obriga a “dissolver” especificidades no quadro geral, é um non sequitur. Não há nenhuma razão teórica ou metodológica para que isso deva ser assim.

A comparação que Katz faz entre a situação da URSS durante a Guerra Fria e a da China sob a globalização é improcedente porque omite a diferença central. A característica decisiva de todo o período da Guerra Fria foi a conformação de dois blocos econômicos e geopolíticos quase sem nenhuma integração. É certo que, como Katz observa corretamente, também então a economia mundial era uma só, e capitalista, e isso não implicava a “adscrição automática” da URSS à ordem capitalista. Mas implicava duas consequências muito importantes: a primeira, que não havia como definir a URSS e os países do Leste (e também a China) como “socialistas”; e a segunda, que, precisamente por esse cerco capitalista global, essas sociedades não capitalistas sofriam uma profunda instabilidade estrutural. E isso, também, por duas razões concomitantes.

Primeiro, porque não se tratava sequer de sociedades em genuína transição ao socialismo, mas de processos em que essa transição fora interrompida (na URSS) ou bloqueada desde o início (nos demais casos) pela ausência completa do principal elemento socialista de qualquer processo: a presença e a capacidade de decisão e transformação da classe operária, politicamente expropriada pelas burocracias stalinistas. Segundo, porque, em decorrência dessa ausência total de democracia operária e do domínio opressivo da burocracia, sem uma nova intervenção revolucionária dos trabalhadores — da qual houve tentativas e esboços que não chegaram a se consolidar ou foram derrotados —, não havia forma de que essas sociedades não capitalistas se estabilizassem como tais de maneira orgânica. Pelo contrário, se ficassem entregues à sua pura lógica econômica de planificação estatal burocrática, estavam condenadas a ser derrotadas pela superior capacidade e produtividade que o caráter global conferia ao capitalismo. Esse fator foi o que, por meio do desgaste contínuo e da deterioração interna dos regimes stalinistas e da pressão imperialista externa, terminou desembocando no colapso de 1989–1991.

Assim, contra o raciocínio de Katz, partir da economia capitalista como globalidade que não anula as especificidades nacionais



permite entender essa dupla realidade. A saber: tanto a conformação de um sistema mundial “anormal”, dividido em duas áreas político-econômicas, mas das quais apenas uma, a capitalista, constituía de fato uma ordem global; quanto, em virtude dessa mesma assimetria, a impossibilidade de que o mal chamado “bloco socialista” fosse composto por sociedades estáveis e orgânicas. Pelo contrário, o traço que as definia era sua instabilidade estrutural, ao viverem submetidas permanentemente às pressões de uma ordem social global orgânica. Essas pressões eram resistidas apenas a partir de uma lógica econômica burocrática, enquanto o fator político socialista decisivo — a classe trabalhadora — permanecia em situação de opressão e exploração. Se essas condições não mudassem — e, no essencial, infelizmente, não mudaram —, esses regimes estavam historicamente condenados.

Não foi esse o cenário em que ocorreu a ascensão da economia chinesa, que se acelerou e se consolidou justamente a partir desse período. A “separação em blocos” que atravessou toda a Guerra Fria transformou-se em seu contrário: a mundialização/globalização do capital em níveis nunca vistos e qualitativamente superiores a todos os períodos anteriores. Desapareceram as fortes restrições aos investimentos externos, ao comércio internacional e à acumulação e remessa de lucros próprias do século XX, e tanto a Rússia quanto a China se abriram de forma decisiva ao ingresso do capital local e especialmente do capital estrangeiro.

É verdade que a direção do PCCh manteve o controle do Estado e estabeleceu limites a essa penetração das relações capitalistas. Mas, ao mesmo tempo, o salto na acumulação de capital, com a incorporação de centenas de milhões de novos assalariados em velhas e novas indústrias, transformou decisivamente a estrutura econômica e social chinesa. O grau de integração da China às cadeias mundiais de produção, logística e suprimentos, junto com o desenvolvimento de um imenso mercado interno antes miserável, desenha

um panorama diametralmente oposto aos parâmetros de funcionamento do capitalismo mundial durante a Guerra Fria — e isso inclui o tipo de vínculo entre os países imperialistas e os supostos “socialistas”.

Isso significa que, a partir dessa expansão e integração crescentes do capitalismo global, não pode haver nenhuma “exceção não capitalista”? Não necessariamente: a nosso ver, Cuba e provavelmente a Coreia do Norte ainda podem ser definidas hoje como não capitalistas. Mas aqui se impõem duas advertências essenciais. A primeira é que a pressão externa da ordem capitalista global continua fazendo ranger essas sociedades, que, longe de se estabilizarem, caminham para uma crise inevitável se esse quadro não se modificar. A segunda é que tais “exceções” só podem existir em razão de sua insignificância econômica, de seu isolamento e de sua situação marginal e irrelevante nos processos econômicos da globalização, que pode seguir perfeitamente seu curso sem essas economias.

Nada parecido pode ser dito da China, que ocupa um lugar absolutamente central na arquitetura econômica global, em todos os planos: em volume de comércio exterior, como centro de produção industrial mundial, como polo de geração de tecnologia, como mercado para as grandes corporações globais, como principal parceiro comercial de mais da metade dos países do mundo... É exatamente por esse lugar privilegiado e incontornável da China que há tanta preocupação, no establishment, com o futuro do processo de globalização no marco do agravamento da rivalidade geopolítica entre China e EUA. Para a economia capitalista global, “desacoplar-se” de Cuba ou da Coreia do Norte é um detalhe minúsculo; desacoplar-se da China é impossível ou, no mínimo, uma disrupção gigantesca, de consequências incalculáveis.

Por isso, embora formalmente seja certo que, como diz Katz, “a expansão mundial do capitalismo que sucedeu ao fim da Guerra Fria não implicou a implantação do mesmo sistema em todos os cantos do planeta”,

é necessário esclarecer de imediato que os “cantos” onde o capitalismo não vigora só podem ser isso: cantos relativamente marginais, não a segunda economia do planeta.

É, então, essa diferença imensa, qualitativa, entre os lugares respectivos do “bloco socialista” (China incluída!) durante a Guerra Fria e o lugar da China na fase da globalização/mundialização capitalista que constitui a “singularidade dissolvida” na abordagem de Katz. Não são — e não podem ser — “as mesmas razões” as que explicam, por um lado, o caráter não capitalista da URSS na Guerra Fria e, por outro, o suposto caráter não capitalista da China no período atual.

■ 1.8 Os (diversos) capitalismos de Estado e outras variantes

Concluiremos esta seção com um rápido balanço de outras posições sobre o caráter social do Estado chinês. A esse respeito, é imprescindível, pelas razões apontadas acima, considerar a elaboração de Au Loong Yu, que define a China como “capitalismo burocrático de Estado”. Yu esclarece que “por ‘capitalismo burocrático’ não me refiro apenas ao fato de que a burocracia utiliza suas posições no governo para obter lucros por meio de mecanismos capitalistas. Para ser mais preciso, eu preferiria dizer que a China é um tipo de capitalismo de Estado no qual a burocracia funde o poder de coerção do Estado com o poder do capital. Em muitos países do mundo, muitos funcionários são corruptos e, em países como Paquistão e Egito, vemos empresas dirigidas por militares, como no caso chinês. De todo modo, sustento que só na China se pode chegar a um grau de fusão desse tipo (...), [uma] situação única que é o resultado de uma trajetória também única desde a revolução de 1949” (“Fortalezas e contradições da economia chinesa”, cit.).

Para Yu, o elemento distintivo da ordem social chinesa é que “o partido-Estado concentra em suas mãos tanto o monopólio da violência quanto o poder do capital para

favorecer o crescimento econômico” (“A ascensão do capitalismo na China”, jacobinlat.com, 18-12-2020). Da nossa parte, concordamos com Yu em que a formação social chinesa só pode ser definida como capitalista, a partir dos critérios que já desenvolvemos. Também concordamos que, em razão do peso específico econômico das empresas estatais e da orientação política — com influência variável da planificação formal, segundo os vaivéns da “linha oficial” —, pode-se falar na China propriamente em capitalismo de Estado, dirigido burocraticamente a partir do partido-Estado.

Entretanto, como já pontuamos, nos parece excessiva a noção de Yu de “fusão” entre poder de Estado e capital. Embora seja uma realidade inegável o nível de íntima imbricação entre as estruturas partidárias e as do Estado, bem como — em um grau, a nosso ver, bem menos estreito — entre o funcionalismo e o aparato de Estado, de um lado, e a classe capitalista propriamente dita, de outro, nos parece empiricamente não demonstrado e politicamente equívoco — ou desorientador — postular o conceito de fusão pura e simples entre ambas as esferas.

Além disso, também aqui, tanto quanto no caso de “transição” ou de “imperialismo”, como veremos na próxima seção, falar em “capitalismo de Estado” na China exige certas qualificações, já que, entre os que defendem esse conceito, cabe uma gama muito ampla de posições que, para além dessa “etiqueta”, têm na prática muito pouco em comum.

Para começar, como adverte Yu, ironizando a célebre fórmula de Xi Jinping, o primeiro ponto a ter em conta é que se trata de “um capitalismo de Estado efetivamente dotado de ‘características chinesas’” (“Qual é a natureza do capitalismo na China? – Sobre a ascensão da China e suas contradições inerentes”, Europe Solidaire Sans Frontières, maio de 2014). Mas existem ainda muitos outros matizes na paleta geral do “capitalismo de Estado”.

Por exemplo, entre os que sustentam a

caracterização da China como “capitalismo de Estado” está o marxista egípcio Samir Amin, que, antes de tudo, esclarece que usa o conceito consciente de que ele se presta a equívocos e reconhece que tende à simplificação excessiva — reservas que nos parecem pertinentes. Contudo, não compartilhamos de forma alguma a ideia de Amin de que “o capitalismo de Estado foi uma fase necessária no desenvolvimento do socialismo para os países em desenvolvimento [?]. O que importava era o caráter particular de cada capitalismo de Estado [em cada variante, MY], que, no caso da China, era visto como parte de uma longa rota para o socialismo” (em John Bellamy Foster, “The new Cold War on China”, *Monthly Review*, julho-agosto de 2021). É desnecessário dizer que nossa visão está quase nas antípodas dessa leitura extremamente complacente do regime chinês.

Mas os equívocos e possíveis confusões não terminam aí. Citamos o britânico Adrian Budd como um autor que traz contribuições interessantes à questão do regime chinês e que também o define como capitalismo de Estado. Ocorre que, em seu caso, e na medida em que ecoa a teoria formulada desde os anos 1950 pela corrente trotskista fundada por Tony Cliff e pelo Socialist Workers Party inglês, Budd postula uma continuidade do capitalismo de Estado já desde o triunfo da revolução de 1949. Dessa forma, estabelece-se um sinal de igualdade entre a ordem social chinesa pós-revolução e a atual, o que nos parece completamente equivocado. Uma posição desse tipo deixa de lado a realidade da mudança evidente que houve na orientação política e na estrutura econômica da China, mesmo que se mantenha como elemento comum o comando e controle por parte do PCCh.

Paradoxalmente, aqueles que, como Roberts e Katz, insistem que a China continua sendo uma economia em transição entre capitalismo e socialismo — além de com rumo “não resolvido” — repetem, a partir de uma caracterização oposta, o mesmo erro metodológico da corrente hoje dirigida por Alex Callinicos. Ou seja, sustentam que o

caráter do Estado chinês hoje continua sendo o mesmo que em 1949. Assim, a continuidade do controle do poder pelo PCCh parece ser o elemento central para afirmar que, desde o giro de Deng Xiaoping, as mudanças na ordem social chinesa, em relação ao período maoísta, são apenas de grau e não de qualidade.**[13]**

Em particular, Katz, como vimos, sublinha explicitamente que a “continuidade da vigência do marxismo como ideologia” — o que não é senão outra forma de designar a perpetuação no poder do PCCh — é um aspecto central na hora de definir o caráter do Estado. Katz também argumenta que, ao contrário de exemplos anteriores de capitalismo de Estado, como o do Japão, “o que distingue a China desse precedente foi a preexistência de uma revolução socialista, que interrompeu uma trajetória inicial do capitalismo. Esse componente socialista esteve ausente em todas as versões que o capitalismo de Estado assumiu ao longo do século XX” (“Descifrar China III: Projectos en disputa”, cit.). Para além do fato de que não compartilhamos a ideia de que a revolução chinesa tenha tido um caráter socialista, vale notar até que ponto o elemento de continuidade representado pela permanência do PCCh no poder ocupa um lugar central em muitas dessas conceituações.

Por fim, digamos que não é preciso esclarecer que estamos em uma posição diametralmente oposta, em todos os sentidos, a outro integrante do grupo dos que consideram a China como um caso de “capitalismo de Estado”: referimo-nos ao venerável e imperialista Council on Foreign Relations, think tank especializado em política externa, fundado por David Rockefeller em 1921 e sediado em Nova York. Como se vê, o caveat metodológico indispensável para qualquer debate sério é não se deixar levar pelas etiquetas, supondo que, sob um mesmo “rótulo”, se escondem conteúdos políticos, teóricos e até de classe semelhantes. As variantes incluídas em cada uma das posições são tão diversas que é absurdo — ou de má-fé — criticar uma delas simplesmente por “contiguidade osmótica”

com outra aparentemente “similar”.

Por exemplo, uma posição que apresenta certos pontos de contato com a de Roberts e Katz, mas ao mesmo tempo um matiz próprio, é a de Richard Smith, que define a China como um “híbrido burocrático” não capitalista nem socialista. Smith admite que a cúpula chinesa “se beneficia enormemente dos lucros das empresas estatais. Mas não são capitalistas, ao menos não em relação à economia estatal. São proprietários coletivos do Estado, que, por sua vez, é dono da maior parte da economia. São coletivistas burocráticos que conduzem uma economia majoritariamente planificada, que também produz para o mercado. Mas produzir para o mercado não é o mesmo que capitalismo” (em M. Roberts, “Views on China”, cit.).

Como se vê, nessa polêmica reaparecem muitas categorias teóricas que fizeram parte do debate sobre a URSS e os países do Leste durante a Guerra Fria e até antes da Segunda Guerra Mundial. Essa taxonomia categorial — capitalismo de Estado, socialismo, Estado burocrático, sociedade de transição, coletivismo burocrático — remete a elaborações, intelectuais e militantes daqueles períodos (neste caso, Bruno Rizzi). E com razão, porque, para além de acordos e divergências, são as ferramentas do arsenal teórico marxista que estão em melhores condições para apreender e explicar as imensas complexidades sociais e econômicas do gigante asiático.

Voltando a Smith, um aspecto particular de sua abordagem é que ele centra sua crítica ao governo chinês em sua má gestão da questão ambiental. Smith atribui esse fracasso ao fato de que a direção do PCCh escolhe, como mal menor, a degradação ambiental e o aumento das emissões de carbono, desde que isso não comprometa o crescimento econômico e o impulso à autossuficiência diante da ofensiva do imperialismo ianque. Nesse ponto, embora consideremos que Smith acerta ao apontar essa contradição, que é bastante real, ele lhe atribui um papel completamente desproporcional na hora de julgar de forma mais global as contradições do Estado e do regime chineses — erro em que não incorrem autores como Roberts e Katz.

Por outro lado, a imperiosa e real necessidade de recorrer a matizes e “soluções mistas” em muitos planos abre a porta para definições que às vezes caem quase em autocontradição. Assim, “Cheng Enfu caracteriza a China como ‘socialista com elementos de capitalismo de Estado’, uma formulação estranha que soa confusa” (M. Roberts, “IIPPE 2021: imperialism, China and finance”, cit.). O mesmo acontece na avaliação sobre o eventual caráter imperialista ou não da China, como veremos a seguir.



[1] De passagem, vale notar que, partindo do fato, correto, de que a forma dominante — mas de forma alguma a única — do capitalismo globalizado atual é o neoliberalismo, às vezes tanto Roberts quanto Katz acabam identificando neoliberalismo com capitalismo. Isso os conduz ao raciocínio equivocado de que, quando determinadas estruturas ou políticas da direção chinesa são um obstáculo ao desenvolvimento da forma neoliberal do capitalismo, isso é considerado uma demonstração de seu caráter não capitalista tout court.

[2] Essa definição nos parece mais precisa que a de Katz, que veremos adiante, de transição “de direção indeterminada”. No entanto, Roberts nem sempre parece ser totalmente consequente com sua própria definição. A ideia dos “ziguezagues” e do rumo político “em permanente disputa” no interior do partido, de certo modo, abre espaço para a hipótese de uma guinada “em direção a uma transição socialista” como resultado de decisões do PCCh. Ao mesmo tempo, como vimos, formula uma crítica muito dura (e muito justa) à falta de democracia operária e coloca com força a necessidade de “restabelecer o controle da classe trabalhadora sobre a política e a economia” — tarefa que, como vimos, para Roberts está fora das intenções de Xi e da elite dirigente. Dá a impressão de que Roberts, que critica as vacilações e inconseqüências do PCCh como “ziguezagues”, tem ele mesmo uma atitude algo “ziguezagueante” sobre o papel atual e potencial do PCCh, e tende a deixar em aberto um crédito para uma eventual evolução “socialista” do partido.

[3] Lembremos que Kornai, membro da equipe de economistas oficiais da Hungria sob o regime stalinista, reciclou-se como crítico liberal do “socialismo real”, para deleite do circuito “mainstream” de economistas. Sobre a China, sustenta que seu êxito se deve essencialmente a ter abandonado a planificação central e o papel dominante do Estado na economia, em favor do mercado e do capitalismo.

[4] Katz afirma que “o que distingue a China da Rússia ou da Europa Oriental é a persistente diferença entre a estrutura da sociedade e a do Estado, que mantém a classe capitalista afastada do controle do poder político”. Mas Katz, que insiste mais de uma vez nesse papel do PCCh, não sublinha com a mesma ênfase — ou até com maior, como seria de se esperar de um marxista crítico do regime chinês — algo que não distingue, mas iguala China, Rússia e Europa Oriental: o fato incontestável de que, se há uma classe que esteve categoricamente “afastada do poder político” em todas essas sociedades, não foi tanto a classe capitalista quanto a classe trabalhadora. Aqui, a suposta “adscrição ideológica ao socialismo” desses regimes não pode confundir ninguém — exceto talvez aqueles que ainda hoje, em pleno século XXI (e não é o caso de Katz), seguem supondo que essas sociedades fossem, de alguma forma “degenerada” ou bastarda, “ditaduras do proletariado”. Não o eram, nem esses países, nem a China de então; tampouco a China o é hoje.

[5] Paradoxalmente, esse foco exclusivo na economia aproxima metodologicamente Roberts e Katz da posição da maior parte do movimento trotskista do pós-guerra, que defendeu a todo custo a conceituação de “Estado operário” deformado ou burocrático, tomando como critério decisivo a estatização da propriedade capitalista. Uma crítica demolidora dessa abordagem é a de Roberto Sáenz, especialmente em “As revoluções do pós-guerra e o movimento trotskista” (Socialismo o Barbarie 17/18, novembro de 2004) e “A dialética da transição socialista” (Socialismo o Barbarie 25, abril de 2011), ambos disponíveis em esquerdaweb.org.

[6] Em certo sentido, essa questão remete a outro debate que tivemos com Katz, à época, sobre a política e o regime de Hugo Chávez na Venezuela e seu pretenso “socialismo do século XXI”. Enquanto Katz avaliava positivamente certas alternativas de relação entre Estado e mercado introduzidas pelo chavismo, nossa posição era muito

mais crítica, e considerávamos que, mais do que “socialismo do século XXI”, o que tínhamos diante dos olhos era uma variante limitada do capitalismo de Estado do século XX. A evolução posterior do chavismo sob Nicolás Maduro não fez senão reforçar nossa convicção de que o caminho para uma verdadeira renovação e relançamento da perspectiva socialista neste século não passa por nenhuma variante “original” no plano das relações econômicas, mas sim pela luta para colocar novamente no centro da cena o protagonismo, a autoatividade e as organizações e instituições independentes da classe trabalhadora.

[7] A propósito dessa distinção, nos parece estranho — e injustificado — supor que, numa eventual transição ao socialismo, vigorariam normas econômicas fundamentalmente diferentes segundo se trate de países desenvolvidos ou atrasados. Em todo caso, o que mudará serão as relações de forças com o capitalismo global hostil e o ponto de partida em termos de infraestrutura para um projeto que caminhe na direção socialista — o que não é a mesma coisa. Além disso, como assinalamos, o decisivo para qualquer projeto de transição ao socialismo não é, em primeiro plano, o aspecto econômico, incluído o grau de desenvolvimento. Estabelecer essa distinção implica postular que os parâmetros essenciais para a conformação da “política econômica” ou plano econômico do “projeto pós-capitalista” dependerão da base capitalista prévia do país em questão. Mas, reiteramos: colocar essa preocupação no centro, em vez da questão que consideramos decisiva — qual classe ou fração de classe exerce o poder político real — é derivar para uma abordagem economicista da transição.

[8] É o caso da seguinte exposição acrílica — ou antes, apologética — da política dos hierarcas do PCCh:

“A China apostou em usar a dinâmica do sistema capitalista para se libertar dessa lógica [!] e se desenvolver rapidamente, controlando suas contradições e limitando

seus efeitos destrutivos.

O socialismo de mercado ‘ao estilo chinês’ terá de se afastar do capitalismo de forma gradual e cada vez mais acentuada se quiser encarnar um caminho verdadeiramente alternativo para toda a humanidade. E essa é precisamente sua ambição: segundo altos funcionários chineses [pudico eufemismo para cúpula do partido, MY], e hoje de maneira cada vez mais explícita, esses empréstimos [borrowing] tomados do capitalismo foram apenas uma forma de ‘cruzar a ponte’, e serão apenas um ‘desvio’ muito longo — algo como a Nova Política Econômica deveria ter sido para Lênin — no caminho ao comunismo.” (“Is China transforming the world?”, T. Andréani, R. Herrera e Z. Long, *Monthly Review*, julho-agosto 2021). Aqui, a acumulação de disparates, votos de desejo e até gestos de subserviência é tão ilustrativa que nos dispensa de maiores comentários. Dá para imaginar o que Lênin teria pensado dessa estratégia de “cruzar a ponte” com a NEP dando “um longo desvio” (de quase meio século!) “no caminho ao comunismo” ...

[9] Assinalemos de passagem que os discursos de Xi, apesar da reverência ao seu “pensamento”, já elevado a rango constitucional, não costumam ser transmitidos ao vivo, salvo exceções como o informe ao XX Congresso. A apresentação pública das palavras de Xi segue uma coreografia cuidadosa, à qual nem mesmo a imprensa oficial tem acesso — Xi praticamente não concede entrevistas a meios chineses, muito menos estrangeiros —, e os discursos podem vir a ser conhecidos semanas ou meses depois de proferidos. Dá toda a sensação de que Xi tem pavor de dar passos em falso em público em contextos que não estejam estritamente controlados.

[10] Ver, a esse respeito, os argumentos de Roberto Sáenz em “As revoluções do pós-guerra e o movimento trotskista”, *Socialismo o Barbarie* 17/18, 2004, em esquerdaweb.org.

[11] Como vimos na primeira parte, um dos objetivos — aparentemente alcançado — de Xi no XX Congresso foi erradicar definitivamente essa tradição segundo a qual a voz dos ex-dirigentes do partido é, se não obedecida, ao menos imensamente respeitada. Xi não queria nenhuma interferência à sua vontade suprema dentro do PCCh; quanto à influência posterior que ele próprio poderia exercer após sua aposentadoria, a questão foi resolvida, simplesmente, eliminando a necessidade de se aposentar e transformando Xi em líder vitalício... por ora.

[12] Um estudo extenso e aprofundado do processo é o de Roberto Sáenz, “China: uma revolução camponesa anticapitalista”, *Socialismo o Barbárie* 19, dezembro de 2005, disponível em izquierdawe.org.

[13] Esse critério parece a versão invertida do debate entre os marxistas franceses Maximilien Rubel e Pierre Naville nos anos 70. Rubel, representante da chamada “corrente quente” do marxismo, junto com Jean-Yves Calvez e Ernst Bloch, entre outros, objetava a Naville que o caráter socialista da revolução de 1917 era um “mito”, e que, portanto, não fazia sentido considerar a deriva stalinista como uma “desvição” dessa revolução. No fundo, para Rubel, toda a estrutura social da URSS havia ficado marcada pelo “pecado original” (a ironia é de Naville em *Le nouveau Léviathan*, 4. *Les échanges socialistes*, p. 480). De modo análogo parecem raciocinar aqueles que defendem que a China não modificou o caráter social de seu Estado desde 1949, seja em razão de seu “pecado original” (no caso do SWP) seja pela continuidade da “virtude original” (Roberts e Katz). Numa variante ou na outra, postula-se que as tremendas mudanças na evolução política e social da China continuam confinadas ao seu marco de origem. Não vemos as coisas assim.



2. A China é imperialista?

Marcelo Yunes, economista marxista e especialista em economia mundial

A discussão entre os marxistas sobre o possível caráter imperialista ou não imperialista da China surge em vários níveis. Primeiro, é claro, aqueles que não aceitam que a China é hoje um Estado capitalista – com todas as variações que a definição admite – também devem se recusar a conceitualizá-la como imperialista. Mas aqui também os rótulos talvez importem menos do que o conteúdo social, econômico e político correspondente. **Em nossa visão, há uma ampla gama de diferenças entre aqueles que falam da China como um país imperialista, não menos porque também há fortes nuances na própria concepção da categoria marxista de imperialismo.**

Como apontamos na introdução geral deste texto, **falar simplesmente de “imperialismo” sem adicionar qualquer outra qualificação é excessivo, impreciso e achata toda uma série de problemas e contradições, a ponto de correr o risco de transformar a definição em uma caricatura.** Nesse sentido, referimo-nos ao breve resumo que fizemos na apresentação deste texto dos elementos que apontamos em 2020 e que consideramos essenciais para uma abordagem teoricamente séria e metodologicamente responsável para a questão.

Nesse sentido, a prolixidade e sistematicidade das polêmicas de Roberts

e Katz também serão úteis aqui para limpar as diferenças e também os acordos parciais. Faremos o mesmo com as posições com as quais temos mais concordância, como as de Yu e Rousset.

■ 2.1 Roberts e imperialismo: uma ordem tão estável que nem a China a abala

O argumento de Roberts começa com uma afirmação que nos parece extremamente importante, porque é um dos aspectos centrais que consideramos na avaliação da China como uma potência que avança para se consolidar como imperialista. Esse ponto serve para ressaltar a extraordinária estabilidade do sistema mundial de Estados-nação configurado no início do século XX e que foi o objeto da análise de Lenin. Para Roberts,

“o imperialismo é uma característica inerente do capitalismo moderno (...). Os países imperialistas são os mesmos ‘suspeitos de sempre’ que Lenin identificou em sua famosa obra Imperialismo, etapa superior do capitalismo há mais de cem anos”

(IIPPE 2021: imperialismo, China e finanças, 30-9-21)

A partir daqui, Roberts afirma que

“os países imperialistas do século XX não mudaram. Não existem novas economias imperialistas. Pelos nossos padrões, a China não é imperialista. (...) A tese de Lenin era fundamentalmente correta, ou seja, que o capitalismo havia se desenvolvido no que Lenin chamava de ‘capital financeiro monopolista’. O mundo se polarizou em países ricos e pobres, sem perspectiva de que nenhuma das grandes sociedades pobres entre na liga dos ricos. Cem anos depois, nenhum país pobre em 1916 entrou para o clube exclusivo dos países imperialistas, exceto a Coreia do Sul e Taiwan, que se beneficiaram especificamente das ‘bênçãos da Guerra Fria do imperialismo dos EUA.’ (...) A grande esperança dos anos 1990, os BRICS,

provaram ser uma miragem. (...) A diferença entre as economias imperialistas e o restante não está diminuindo; muito pelo contrário”

(idem)

Bem, concordamos com Roberts em quase tudo aqui: a) em reivindicar a tese de Lenin em geral (há muitas correntes marxistas que a questionam); (b) que quase não há “mobilidade ascendente” de países “pobres” para “ricos”, com possíveis exceções da Coreia do Sul e Taiwan, por razões muito específicas; c) em que a operação ideológica de mostrar os países emergentes e especialmente os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como possíveis “novas potências” de um mundo “multipolar” foi contradita pela realidade; d) que o conceito de “subimperialismo”, muito em moda nos anos 70 e ainda usado por muitos marxistas, não se mostrou uma ferramenta fértil para compreender os desenvolvimentos da ordem capitalista-imperialista; e) que outra campanha ideológica, a de “fechar a distância” ou “recuperar o atraso” entre os países imperialistas e os países dominados, fracassou diante de uma realidade que mostra que essa tendência, se existisse, era episódica e contingente, não estrutural, e f) muito particularmente, na ideia de que uma das características decisivas do imperialismo é essa “polarização entre países ricos e pobres”, um aspecto que, em nossa opinião, merece mais elucidação, que tentaremos fazer em breve.

Concordamos em quase tudo, então... exceto por excluir a China. Por enquanto, embora Roberts não mencione explicitamente, é óbvio que não há como considerar a China como uma nação imperialista ou em processo de se tornar uma, se ela nem mesmo for caracterizada como capitalista. É uma questão de coerência conceitual elementar na qual não há nada a censurar Roberts (ou Katz, aliás): ser capitalista é uma condição necessária – embora obviamente não suficiente – para que um país possa “entrar no clube imperialista”, para usar a expressão de Roberts.

No entanto, há uma contradição aqui que aqueles que negam o caráter capitalista e/ou imperialista da China deveriam considerar. **A economia capitalista é, no século XXI, mais global do que nunca na história dessa ordem social.** A integração das cadeias produtiva, logística e de valor nunca foi tão grande. Isso representa uma diferença clara, como já apontamos, com o período da Guerra Fria, no qual a formação de dois grandes blocos econômicos, políticos e militares (OTAN e Pacto de Varsóvia) assumiu um nível de, senão “autarquia”, pelo menos um grau muito baixo de integração entre o Ocidente capitalista desenvolvido e o bloco soviético. Tal era o nível de separação entre os dois blocos que **até marxistas como Ernest Mandel passaram a teorizar, erroneamente, que no mundo não regia globalmente um único sistema e uma única lógica econômica, a da lei do valor, mas que havia uma “dicotomia de princípios” econômica.** [1]

Todo o processo de ascensão da China como segunda potência econômica mundial ocorreu, ao contrário, no contexto de uma inter-relação e até interdependência que só agora está sendo questionada (e do lado ocidental). No entanto, **assumir que o lugar decisivo da China na ordem econômica capitalista global foi ocupado de forma dócil por uma potência não capitalista e que ela não está integrada ao sistema hierárquico mundial dividido em países centrais dominantes e países periféricos subordinados exige, no mínimo, explicações adicionais.**

Nesse ponto, pelo menos, **o “ônus da prova” recai mais sobre aqueles que argumentam que, apesar de todos esses elementos, a China não é capitalista** (o debate sobre imperialismo está relacionado a ele, mas traz seus elementos específicos).

Por essa razão, embora, como veremos abaixo, em geral a posição de N.B. Turner – defensor da tese imperialista da China – caia em uma unilateralidade inaceitável e exageros que Katz corretamente aponta, a crítica do marxista argentino de que

“a simples dedução de um status imperial da conversão do gigante oriental na ‘segunda economia do mundo’ não nos permite esclarecer os enigmas”

(“China: tão distante...”, cit.)

É verdade que a China não pode receber o status de imperialista simplesmente como resultado de operações lógicas, sem examinar cuidadosamente desenvolvimentos históricos, econômicos, sociais e geopolíticos concretos (que implicam, além disso, todo tipo de nuances e contradições decisivas para a compreensão do fenômeno). Mesmo assim, **o fato de ser a segunda maior economia do mundo globalizado** – o próprio Katz admite que “deixou para trás o estágio de subdesenvolvimento” – **nos convida, acima de tudo, a pensar nela como parte do núcleo dos países capitalistas.** À primeira vista, são aqueles que pensam o contrário que deveriam fazer o maior esforço para demonstrar.



Agora considere os argumentos mais econômicos de Roberts:

“Nenhuma das chamadas ‘economias emergentes’ obtém ganho líquido em comércio ou investimento, e isso inclui a China. Na verdade, o bloco imperialista extrai mais valor excedente da China do que de muitas outras economias periféricas. A razão é que a China é uma potência comercial imensa; Também é tecnologicamente atrasado em relação ao bloco imperialista. Então (...) perde parte do valor excedente gerado por seus trabalhadores através do comércio com as economias mais avançadas. É a explicação marxista clássica da troca desigual (...). Em um estudo de Veneziani et al., ‘todos os países da OCDE estão no núcleo [dos países imperialistas], com um índice de intensidade de exploração bem abaixo de 1 (ou seja, são mais exploradores do que explorados), enquanto quase todos os países africanos são explorados, incluindo os vinte mais explorados’. O estudo coloca a China no limiar entre explorador e explorado. (...) Em todos esses critérios de exploração imperialista, a China não corresponde, pelo menos economicamente”

(“IIEP...”, cit.)

Há várias afirmações aqui; com algumas concordamos, com outras não abriremos julgamento e outras merecem mais discussão ou relativização. É bem possível que a China perca parte do plusvalor para economias mais avançadas, e que isso faça parte do mecanismo de troca desigual. No entanto, **não está claro se o fato de que se extraia “mais plusvalor” da China do que de outras economias periféricas se refere a valores absolutos ou relativos.** No primeiro caso, a explicação está simplesmente na escala de produção de valor; no segundo – o único significativo – implicaria que a China está **atrás de outros países periféricos em sua ligação com outros imperialismos, o que nos parece ousado demais.**

A fortiori, o mesmo vale para a alegação de que **a China não tem “ganho líquido”** em seu comércio e investimento com os países da periferia. **Isso significa, como vários panegíricos do regime de Xi Jinping afirmam, que a China é um benfeitor, quase filantrópico, em suas relações econômicas internacionais?** Existem múltiplos testemunhos em contrário. Sem ir além disso, Katz, que compartilha a posição geral de Roberts sobre o caráter não imperialista da China, argumenta que

“atualmente, a massa de fundos capturados por meio do comércio e investimento estrangeiro é muito maior do que os fluxos inversos. Basta olhar para o valor do superávit comercial ou das dívidas financeiras para medir esse resultado”

(“China: tão distante...”, cit.)

Se for esse o caso, só se pode aceitar que a China desfruta de transferências positivas de valor em seu comércio com países periféricos, embora seja verdade que isso sozinho não seja prova conclusiva de que a China mantém relações de tipo imperialista com eles.



Quanto ao “atraso tecnológico” em relação ao “bloco imperialista”, parece problemático para nós considerar este último exatamente como um bloco: a China está, sem dúvida, atrás dos EUA, mas a distância tecnológica relativa em relação à França, Bélgica, Japão ou Itália nos parece decididamente diferente em cada caso, e também em relação aos EUA.

Também temos sérias reservas quanto à referência ao estudo de Veneziani citado por Roberts, desde a primeira afirmação de que **“todos os países da OCDE” fazem parte do “núcleo” imperialista.** Isso definitivamente não é verdade: é verdade que, em seus primórdios (1961), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico reuniu as principais economias capitalistas desenvolvidas.

Mas as expansões e acréscimos subsequentes relativizaram essa designação, que se refere quase exclusivamente aos membros fundadores do organismo. De forma alguma podemos incluir no núcleo imperialista membros da OCDE, **como alguns países latino-americanos (Chile, Colômbia, México), antigos países do bloco soviético (Tchéquia, Hungria, Polônia, Eslovênia, os três países bálticos) e economias muito pequenas como Islândia, Irlanda ou Nova Zelândia, nem países da Europa Ocidental que hoje são mais fracos, como Grécia ou Portugal (apesar do passado colonialista destes últimos).**

Na verdade, **a posição de Roberts é mais sensata, incluindo no “clube imperialista” essencialmente os mesmos poderes mencionados por Lenin em seu estudo de 1916.** Não nos parece razoável sustentar que o grupo de países mencionados seja



considerado parte do núcleo enquanto, novamente, segundo esse estudo, A China estaria apenas no limite entre países exploradores e explorados.

De qualquer forma, um ponto importante está ao final da avaliação: **a China não teria o status de um país imperialista “pelo menos economicamente”.** Essa ressalva é muito relevante, porque lembramos que **o imperialismo moderno, na visão marxista** – e contra algumas abordagens economicistas ao problema – **não se reduz às relações econômicas de exploração e troca desigual, mas inclui decisivamente relações políticas assimétricas entre Estados que implicam dominação, controle e subordinação.** Ambos os aspectos, econômico e político, operam na arena global sempre juntos e de forma inter-relacionada, mas isso não significa que seja impossível analisar separadamente e em sua especificidade ambos os planos, que têm

um jogo relativo próprio. Vamos abordar isso abaixo.

■ 2.2 Katz: Nem imperialista, nem “amigo dos povos”

A análise de Katz, embora ele concorde com Roberts ao rejeitar o caráter imperialista da China, nos parece mais crítica em relação à China do que a do marxista britânico, especialmente em seu trabalho mais recente sobre o tema (“China: tão distante do imperialismo quanto do Sul global, 20-4-2021”). Já pelo título, postula-se uma certa “equidistância” que não compartilhamos, mas que tem, de qualquer forma, o mérito de evitar desculpas, ingênuas ou egoístas, pelo papel da China em sua relação com o chamado “Terceiro Mundo”. Uma possível síntese de sua posição seria que

“a China deixou para trás seu antigo status de país subdesenvolvido e agora faz parte do núcleo das economias centrais. (...) Comanda uma expansão que lucra com os recursos naturais fornecidos pela periferia. Não faz parte do Sul global. (...) Nossa visão compartilha as várias objeções levantadas à identificação da China como um novo imperialismo. Mas questiona a apresentação do país como um ator apenas interessado em cooperação, globalização inclusiva ou em superar o subdesenvolvimento de seus parceiros”

(obra cit.)

Aqui Katz é mais explícito que Roberts ao apontar a China como parte das “economias centrais” e não mais como parte da periferia ou do “Sul global”, com o qual concordamos plenamente. No entanto, como apontamos, entendemos que **essa definição deve forçar uma explicação adicional de como, por que e sob quais condições, na era da maior globalização e integração econômica na história da ordem imperialista, a entrada no “núcleo” capitalista global de um ator do calibre da China deixa o caráter social de seu Estado intacto.**

Em sua polêmica contra a posição de defesa da tese do caráter imperialista, Katz direciona especialmente a N.B. Turner e seu livro *A China é um país imperialista?* O debate é interessante e demonstra a amplitude de variantes e nuances que são verificadas na mesma posição geral, porque às vezes concordamos mais com uma ou com a outra, e às vezes com nenhuma delas. Vejamos.

O principal problema da posição de Turner, tanto em termos teóricos quanto políticos, é que ele postula uma quase igualdade entre o caráter e as ações imperialistas da China com os dos antigos imperialismos ocidentais. Isso é algo pior do que grosseria conceitual: é um erro, que Katz não tem muita dificuldade em desestabilizar. Equiparar a disposição externa e a capacidade de intervenção da China à dos EUA e seus aliados da OTAN é não fazer sentido das proporções reais das coisas.[2]

Igualmente equivocada é a analogia de Turner entre o papel atual da China e o suposto “social-imperialismo” da URSS. Por outro lado, ele está certo ao dizer que a mudança qualitativa no caráter da China – mas apenas no sentido de se aproximar do capitalismo, não de se transformar em um capitalismo imperialista, como Turner afirma erroneamente – ocorreu após as reformas de Deng nos anos 1980.

Outro problema da posição de Turner, que ele compartilha com muitos e talvez a maioria dos marxistas, é que ele depende demais das famosas “cinco traços característicos” da definição clássica de Lenin para definir o imperialismo em geral e, neste caso, a entrada da China. Assim,

“a gravitação do capital exportado, a magnitude dos monopólios e a incidência de grupos financeiros confirmariam o status imperialista do país”,

ao que Katz responde que

“é verdade que a exportação de capital é uma característica significativa da China hoje. Mas essa influência apenas ratifica a conexão significativa do gigante oriental com o capitalismo global”

(cit.)

Na prática, nos parece metodologicamente errado buscar a demonstração do papel imperialista da China apenas ou essencialmente com base em certos parâmetros econômicos nacionais, sejam eles os de Lenin em 1916 ou outros. Ainda menos por analogias simples que achatam as características específicas da nova posição da China. No entanto, Katz, em nosso entendimento, não tira as conclusões necessárias dessa “conexão significativa” da China com o capitalismo global, que, como veremos, obedece a um critério metodológico que também não compartilhamos.

Além disso, enquanto Katz segue o guia salutar de evitar o dogmatismo talmúdico de encontrar todas as respostas para os problemas presentes nos textos clássicos do marxismo, ele rapidamente descarta a relevância atual da elaboração de Lenin sobre o imperialismo.

Isso provavelmente porque, assim como Turner, ele tende a identificar a famosa lista de “características” como a parte mais importante dessa elaboração, mas acrescenta considerações que tendem a minar seu valor:

“A obra de Lenin (...) Foi elaborada em um cenário muito distante de guerras mundiais generalizadas. (...) Lenin não pretendia elaborar um guia classificatório para o imperialismo. Isso só reforçava a dimensão guerreira catastrófica de sua época. A análise de Lenin sobre o imperialismo clássico é um patrimônio teórico de grande relevância, mas o papel geopolítico da China no século XXI é esclarecido por outros instrumentos”

No entanto, o ponto central da visão de Lenin, em nossa opinião e como desenvolvemos em um livro anterior, não reside no elemento descritivo das “características” que o capitalismo adquire no século XX, mas na verificação da configuração definitiva de um sistema mundial de Estados com sistemas hierárquicos e assimétricos, de dominação e exploração desde o centro (os países capitalistas desenvolvidos) até a periferia do sistema (os países dominados colonialmente ou semi-colonialmente). E é aí que reside a novidade estrutural que o conceito de imperialismo tenta sintetizar, porque

“relações desse tipo sempre existiram entre grandes e pequenos estados, mas na época do imperialismo capitalista elas se tornam um sistema geral, fazem parte do conjunto de relações que regem a divisão do mundo e tornam-se elos na cadeia de operações do capital financeiro mundial (...). [S]ignifica que um pequeno número de estados poderosos se sobressai entre os demais”

(Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo, III e V)

Esse aspecto é para nós o decisivo para entender o imperialismo não simplesmente como uma modalidade diferente de saque e dominação por algumas potências, mas como esse “sistema geral”. Em nossa resenha, dissemos que

“Lenin propõe o imperialismo como o ‘estágio superior’ do capitalismo, ou seja, uma fase que continua e desenvolve (modificando) as características da ordem que o contém. Nesse sentido, não é uma nova ordem social. Mas também não é um fenômeno passageiro ou uma simples ‘política’ (Kautsky) que pode ser adotada ou abandonada voluntariamente. O imperialismo representa uma nova configuração estrutural, uma nova forma de funcionar do sistema capitalista, ou seja, possui um caráter orgânico.

O capitalismo mundial, desde o século XX, tem sido capitalismo imperialista (...) e não pode ser outra coisa. Ambas as categorias, desde o século XX, têm sido inseparáveis

(M. Yunes, *Revolución o dependencia. Imperialismo y teoría marxista en Latinoamérica*, 2011, pp. 11-12)

É por causa dessa abordagem que não concordamos de forma alguma que

“o imperialismo é uma política de dominação exercida pelos poderosos do planeta por meio de seus estados. Não constitui uma etapa duradoura ou final do capitalismo”

(idem)

O imperialismo é muito mais do que uma “política” (uma definição que tem pontos de contato com a de Kautsky, com a qual Lenin polemizou). É, para nós – neste ponto sim, retornando a Lenin – **uma arquitetura sistêmica, uma estrutura integrada e orgânica de relações funcionais – e, portanto, não contingente – que transcende em muito as orientações belicistas ou não, agressivas ou não, expansionistas ou não, dos sucessivos governos nacionais e suas políticas eventuais.**

Por essa razão, é um erro dizer que não é uma “etapa duradoura”. Aqui, pelo contrário, concordamos com Roberts que, se há algo que caracteriza a ordem imperialista, é sua estabilidade extraordinária, a ponto de, como observou o marxista britânico, o núcleo dos países dominantes (assim como a periferia dos países dominados) praticamente não mudou em um século. Roberts admite apenas as possíveis exceções da Coreia do Sul e Taiwan, que parecem plausíveis ou pelo menos dignas de análise (especialmente a primeira). Acrescentamos apenas uma “exceção”, neste momento inevitável: a China.

Katz continua a revisar outras posições, como a de Pierre Rousset, um marxista da corrente mandelista, e sua categoria de “imperialismo em formação”. É uma categoria que defendemos na época, com a nuance de esclarecer que essa construção continua a dar passos, mesmo no contexto de contradições como as observadas acima. Além disso, Rousset também avançou em sua definição e já fala de “novo imperialismo”, como veremos. Mas vamos nos apegar aos termos do debate como ele foi apresentado na época.

A principal objeção de Katz é que “o termo ‘império em formação’ poderia ser válido para indicar o caráter embrionário dessa gestação. Mas a China é um império em formação apenas em termos de potencial. Ela gerencia o segundo maior produto bruto do planeta, é a principal fabricante de bens industriais e recebe o maior volume de fundos do mundo. Mas essa gravitação econômica não tem correlação equivalente na esfera geopolítico-militar que define o status imperial” (“China: tão distante...”, cit.).

Identificamos vários problemas aqui. É muito certo que **há um desequilíbrio entre a “gravitação econômica” da China e seu “correlato geopolítico-militar”**. Mas, na realidade, esse desequilíbrio não é exclusivo da China, mas de praticamente todos os países imperialistas, com exceção dos EUA, que são a potência hegemônica global tanto econômica quanto militarmente. Não existe nenhuma potência imperialista, fora dos EUA, cujo peso geopolítico tenha equivalente econômico proporcional, ou vice-versa. Isso é algo que o próprio Katz conhece, já que ele próprio fornece os exemplos dos países imperialistas derrotados da Segunda Guerra Mundial, cujo peso militar é muito menor do que sua relevância econômica.

Uma objeção mais séria é que, na teoria política, as definições devem necessariamente conter um elemento de dinâmica. Quando Katz considera que a fase de “construção” do imperialismo chinês é ainda embrionária, ele não considera se,

em sua opinião, essa “potencialidade” visa ser cada vez mais transferida para o “ato” ou se, pelo contrário, tende a desaparecer. **O movimento da tendência é tão importante ou mais importante do que o ponto estático em que os processos são medidos.[3]**

Nesse sentido, parece-nos incontestável que **a dinâmica dos últimos anos aponta inequivocamente para a China reduzindo e nivelando a distância entre seu peso econômico e sua posição geopolítica.** Essa é tanto uma política absolutamente deliberada do PCC quanto uma realidade que o próprio poder hegemônico, os Estados Unidos, assume com preocupação. O cenário global é categoricamente marcado por essa rivalidade e por nenhuma outra. E não apenas no nível econômico, mas precisamente naquela “esfera geopolítico-militar” em que, segundo Katz, a China é tão atrasada que seu imperialismo é apenas “embrionário” ou “potencial”. É por isso que citamos no subtítulo acima as declarações de Jack Sullivan, um dos maiores estrategistas do imperialismo ianque, que não tem escolha a não ser admitir os fatos: **a China não só pretende desafiar a supremacia dos EUA, mas tem o que é preciso para isso.**

Claro, e novamente, essa rivalidade só agora está tomando forma definitiva, então é absurdo cair em exageros como os de Turner, que consideram essa tendência um fato consumado e equiparam a intenção e capacidade da China para intervenção político-econômica-militar global à dos EUA. Sobre esse ponto, a repreensão de Katz é justa:

“Postula-se que ela age no Novo Mundo com a mesma lógica predatória que a Grã-Bretanha no século XIX (...). Mas nenhuma dessas caracterizações faz uma comparação sólida com a esmagadora interferência das embaixadas dos EUA. (...) Mais sensata (e discutível) é a apresentação do gigante oriental como um ‘novo colonizador’ da América Latina. (...) Essa abordagem retrata adequadamente como o relacionamento atual da América Latina com a China aprofunda a primazia da região. (...) Mas essa exploração econômica não é sinônimo de dominação imperial ou incursão colonial. (...) A China consolidou o comércio desigual com a América Latina, mas sem consumir a geopolítica imperial”, então “denunciar a China e os Estados Unidos igualmente no mesmo nível” implica uma equalização que hoje é inaceitável.



Essas distinções entre a conduta dos imperialismos “tradicionais” e a da China são plausíveis e necessárias. Mas precisamente na medida em que a construção da China como imperialismo é atravessada pelas contradições que já apontamos (seu caráter “recente, seu passado colonial e semicolonial – o único caso entre nações imperialistas – o fato de ter regredido de um estado não capitalista como resultado de uma grande revolução para um estado capitalista, suas enormes desigualdades e obstáculos pré-modernos, etc.) Não é possível exigir mais “condições de entrada no clube imperialista” do que o necessário.

Por isso, não achamos que seja um bom argumento que

“ao contrário dos Estados Unidos, Inglaterra ou França, os grandes capitalistas da China não estão acostumados a exigir a intervenção político-militar de seu Estado (...). Eles não têm tradição de invasões ou golpes em países que nacionalizam empresas ou suspendem pagamentos de dívidas. Ninguém sabe quão rapidamente o Estado chinês adotará (ou não) esses hábitos imperialistas”

(cit.)

Por enquanto, é apontado que a China não está em pé de igualdade com os EUA nessa capacidade (e intenção?) de intervenção externa agressiva. Mas, de qualquer forma, a comparação só seria válida essencialmente com os Estados Unidos: há muitas décadas – desde o fim da Segunda Guerra Mundial – praticamente nenhuma das outras potências imperialistas, com ou sem o pedido de seus grandes capitalistas, realizou intervenções militares tão significativas quanto “invasões ou golpes de Estado”. **Nem mesmo as potências europeias mais poderosas, com uma longa história de intervenções coloniais, Inglaterra e França, desempenharam qualquer papel militarmente relevante desde o período pós-guerra,** nem foram patrocinadoras principais de golpes de Estado.

Na verdade, se limitaram a ser acompanhantes subsidiários dos Estados Unidos nas guerras, invasões e intervenções militares decididas pelos ianques. [4]

Em sua análise crítica das diferentes posições sobre o assunto, Katz descarta com a brevidade que merece a caracterização incomum da China de J. Chingo, da Fração Trotskista-PTS, como um “Estado capitalista dependente com traços imperialistas”. A resposta óbvia de Katz, cujos critérios compartilhamos, é que

“dependência e imperialismo são duas noções antagônicas que não podem ser integradas em uma fórmula comum. (...) A dependência pressupõe a validade de um Estado sujeito a ordens, exigências ou condições externas, e o imperialismo implica o oposto”

(“China: tão distante...”, cit.).

Não há muito mais a acrescentar a tais bobagens que, em sua pretensão “dialética”, abroga a lógica formal mais elementar.



A crítica de Katz ao que ele generosamente chama de “visões ingênuas” do papel “pacífico” da China e sua suposta estratégia de “globalização inclusiva” em suas relações harmoniosas com o “Sul global”, ao qual ela pertenceria, também está geralmente no caminho certo. Nesse sentido, Katz aponta que

“essa visão confunde a geopolítica defensiva no conflito com os Estados Unidos com a pertença ao segmento de nações economicamente atrasadas e politicamente subjugadas. (...) O gigante asiático chegou a se diferenciar do novo grupo de países ‘emergentes’ para atuar como um novo centro da economia global”

(idem).

E em resposta aos “olhares indulgentes”, sejam eles “ingênuos” ou egoístas, dos hierarcas do PCC e suas políticas, que eles pintam em tons de rosa, Katz alerta que

“esses retratos afortunados omitem que a consolidação do capitalismo acentua todos os desequilíbrios na China” e ressalta “a validade na China de uma economia cada vez mais submetida aos princípios de lucro e exploração. (...) O gigante asiático está tentando sustentar o crescimento capitalista sem confrontos externos”

(idem)

É a avaliação de Katz que vimos como mais equilibrada do que em textos anteriores e mais explicitamente crítica ao “entrincheiramento do capitalismo” na China, mesmo que ele considere que isso ainda não chegou ao ponto de mudar o caráter do Estado.

No entanto, discordamos seriamente de algumas das premissas dos cenários futuros prováveis. . Em sua tentativa de apoiar a caracterização do Estado chinês e da própria direção do PCC como um “caminho indefinido”, ele afirma que o sinal dominante da política externa chinesa é, por um lado,

o “abandono das tradições anti-imperialistas” e, por outro, a cautela para “evitar conflitos com os Estados Unidos, sem interferir nos ultrajes que Washington consoma.” Mas ele alerta que “essa guinada enfrenta os mesmos limites da restauração e o salto rumo a um status internacional dominante. Está sujeito à disputa não resolvida sobre o futuro interno do país. O curso capitalista promovido pelos neoliberais tem consequências pró-imperialistas tão fortes quanto o curso anti-imperialista promovido pela esquerda” (idem).

Se Katz está se referindo aqui a uma “disputa não resolvida” entre eventuais facções internas do PCC, uma “neoliberal pró-imperialista” e uma “anti-imperialista promovida pela esquerda”, não poderíamos estar em maior desacordo. Primeiramente, segundo todas as análises e interpretações do 20º Congresso, não há “disputa” dentro do partido, e se houve, ela foi “resolvida” com a consolidação do poder por Xi e seu grupo. E se há um ponto em que há unanimidade entre liberais ocidentais e marxistas no resto do Congresso, é que Xi decididamente não representa a ala neoliberal, nem pró-mercado. **Isso significa que Xi representaria para Katz o “curso anti-imperialista promovido pela esquerda”? E se não for Xi, quem exatamente representa essa “esquerda” dentro do PCC? Esclarecer esse ponto parece essencial para nós para sabermos em que terreno o debate está se movendo.**

Em outro aspecto das previsões de Katz, embora ele esteja correto ao afirmar que “a hipótese de uma distensão (e consequente reintegração de ambas as potências) foi diluída”, a afirmação de que “no curto prazo, a ascensão retumbante da China é verificada diante de uma evidente retirada dos Estados Unidos” foi um completo exagero. O gigante oriental está vencendo a disputa em todas as áreas e sua recente gestão da pandemia confirmou esse resultado. (...) A economia asiática já retomou sua alta taxa de crescimento” (idem). Como vimos na seção dedicada à economia, mesmo no ano

passado essa descrição estava desequilibrada em relação ao otimismo. Falar de supremacia chinesa “em todos os campos” sobre os EUA, mesmo sem minimizar as conquistas óbvias que relatamos acima, é um surto, e ainda mais **apresentar a “gestão da pandemia” como uma demonstração dessa superioridade chinesa. Esse peso é um eco excessivo da propaganda do PCC, e já vimos até que ponto a política zero-covid, longe de permitir que ela “retome a alta taxa de crescimento econômico”, contribuiu decisivamente para desacelerá-la.**

■ 2.3 Au Loong Yu: um Imperialismo com particularidades históricas

A crítica de Katz sobre Au Loong Yu talvez merecesse mais desenvolvimento, considerando que ele é um dos poucos marxistas chineses de filiação trotskista e que conhece o assunto em primeira mão. Katz enfatiza como contradição que o “capitalismo burocrático” chinês com “dinâmicas sub-imperiais” – os dois conceitos sobre os quais Yu trabalha – “completou sua transformação capitalista, sem explicar por que os atrasos em sua conversão imperial são devidos”, e conclui que “é mais fácil verificar que as contínuas insuficiências da restauração capitalista explicam as restrições à marca imperial” (cit.).

Da nossa parte, parece ilógico postular, como Katz implicitamente faz, que a restauração do capitalismo na China e sua conformação em uma potência imperialista são dois processos que necessariamente devem andar juntos e sem “atrasos”. Pelo contrário, embora o segundo passo tenha o primeiro como condição inelutável, não há nada inevitável nessa sequência, e o retorno do capitalismo na China poderia ter tido um resultado muito diferente no início da consolidação da fase imperialista, que é o que entendemos estar acontecendo.

Por outro lado, a consideração seguinte de Yu é sugestiva e sutil:

“O capitalismo burocrático da China necessariamente implica uma lógica expansionista global, primeiro em termos econômicos e depois, cada vez mais, também em termos políticos e militares. Se você medir o grau de monopólio e a fusão entre finanças e capital industrial – o que é possível por meio do capitalismo burocrático, e também o grau de investimento no exterior – então certamente a China já possui fortes elementos de imperialismo moderno, ou seja, um tipo de imperialismo que, apoiado pelo poder militar e pelo capital excedente, busca dominar os países mais fracos, mas não necessariamente busca a dominação política direta sobre eles como antes”

(“Forças e Contradições da Economia Chinesa”, cit.).

Aqui, Yu considera tanto critérios econômicos quanto políticos bastante equilibrados para medir os “elementos do imperialismo” da China. É possível que alguma ênfase seja excessiva, mas é em parte uma questão de nuances e em parte uma questão de acompanhar o desenvolvimento da dinâmica dos eventos, o que pode inclinar a análise para um lado ou para outro. Aqui, como em quase tudo, é necessário deixar uma margem prudencial para as novidades e mudanças eventuais de uma realidade tão imensa e tão difícil de enfrentar em sua totalidade.

Dito isso, Yu fornece um elemento relevante e um critério geral ao definir o caráter imperialista ou não imperialista da China. O elemento, que nos parece confirmado neste ponto, é a mudança na política externa do tao guang yang hui de Deng Xiaoping (“não mostrar a própria capacidade, mas manter um perfil discreto”) para a postura mais assertiva de Xi Jinping em relação aos Estados Unidos e ao Japão, conhecida como fen fa you wei (“esforçar-se pela conquista”) (“Forças e contradições da economia chinesa,” cit.). Nesse sentido, sua avaliação coincide com a de outro especialista marxista na China, o francês Pierre Rousset, para quem

“Xi Jinping abandonou as concepções estratégicas defensivas que prevaleciam durante a era maoísta. (...). Agora eles se tornaram ofensivos (...). A base ideológica de seu poder é o nacionalismo de grande potência”

(“Geopolítica Chinesa: Continuidades, Inflexões, Incertezas”, Viento Sur, 25-7-18).

Enquanto isso, o critério que Yu lembra, ao qual já nos referimos, mas que vale a pena reforçar, é que

“o PCC precisa superar obstáculos fundamentais antes que a China possa se tornar um país imperialista estável e sustentável. É muito importante enxergar não apenas as semelhanças entre os EUA e a China como países imperialistas, mas também as particularidades destes últimos”

(“China’s Rise to World Power”, IS Review, outubro de 2019).

Entre essas particularidades, acrescenta Yu, está que

“se dissermos que a China é imperialista, então é o primeiro país imperialista que foi anteriormente semi-colonial. (...) Isso torna o povo chinês particularmente sensível à autodefesa nacional. Essa preocupação legítima deve ser diferenciada do expansionismo agressivo do partido. (...) A expansão chinesa está cada vez mais imperialista, mas precisamos levar em conta o fato de que (...) A China é cúmplice dos países imperialistas na gestão da cadeia de valor, mas ainda é um ator menor em comparação com eles. Essa assimetria deve ser levada em conta”

(“Forças e Contradições da Economia Chinesa”, cit.).

Essa posição é muito mais precisa e equilibrada do que as visões abertamente apologéticas sobre o desempenho do PCC no cenário internacional, que reviram os olhos diante dos discursos de Xi enunciando o princípio da “soberania e dignidade de todas as nações.” Como se isso não fosse um álibi para a direção chinesa firmar acordos comerciais com algumas das ditaduras mais sinistras do planeta! Não basta denunciar o óbvio cinismo das intervenções imperialistas dos EUA e seus aliados da OTAN sob o véu hipócrita dos “direitos humanos” ou “catástrofes humanitárias”, se isso apenas servir para validar o apoio não menos hipócrita às ditaduras, especialmente na Ásia e na África, sob o véu da “não intervenção” e do “respeito à soberania”.

Ao mesmo tempo, a definição de Au Loong Yu também evita cair na equalização incorreta e unilateral da China com outros imperialismos ocidentais – o caso de N.B. Turner – da qual ela está separada, como vimos antes, por diferenças decisivas no desenvolvimento e na função histórica. Por isso, ele alerta sobre a importância de

“identificar a verdadeira fase pela qual a China está passando. Se simplesmente nos contentarmos em colocar crachás em um país complicado e insanamente mutável, com uma história tão longa, e depois colocá-lo no mesmo nível de todos os outros países imperialistas, então podemos cometer um grande erro. Há fatores que devemos considerar, começando pelo legado colonial que ainda pesa fortemente sobre o partido-estado”

(“Forças e Contradições...”, cit.).

É interessante notar que esse conceito de assimetria também é fundamental na elaboração do britânico Adrian Budd, publicado no órgão do Socialist Workers Party da Inglaterra e sua corrente internacional.

Sua síntese é que **“a relação entre os EUA e a China é a de uma rivalidade imperialista assimétrica”** (“China e imperialismo...”, cit.), uma formulação que nos parece correta **sob a condição de que seja preenchida com conteúdo concreto; ou seja, que as assimetrias específicas dessa relação, sua função e suas consequências sejam identificadas.**

Por sua vez, Katz, que se recusa a identificar a China como imperialista, também recorre ao mesmo conceito, embora em seu caso aponte outra diferença real entre os dois rivais:

“Nossa abordagem destaca a assimetria entre os dois concorrentes, o perfil agressor de Washington e a reação defensiva de Pequim”

(“China: tão distante do imperialismo quanto do Sul global”, cit.).

No entanto, o conceito de subimperialismo usado por Yu – e ao qual Katz frequentemente recorre em outros contextos – nos parece inadequado em geral, e ainda mais para o caso particular da China.

Já havíamos observado em nosso texto anterior que a conceituação de Yu nos parecia um compromisso eclético e impreciso, uma definição intermediária que não levava em conta com precisão o lugar da China na ordem geopolítica global. Além disso, e por definição, uma nação sub-imperialista, para ser tal, precisa a) de um patrocinador principal, um imperialista de pleno direito, com cuja permissão reproduziria em sua esfera de influência as relações de exploração e dominação típicas do imperialismo, e b) uma gama de ações com limites geográficos muito precisos ligados à capacidade estritamente regional de intervenção política, econômica e/ou militar.

A China não atende à primeira condição; na verdade, a própria ideia de assumir um poder capaz de “condescender” a China é absurda em mais de um sentido. Quanto ao segundo, embora já tenhamos apontado que a China ainda é militarmente uma potência regional, toda a dinâmica, a intenção da liderança chinesa e a localização de seu grande rival à sua frente a colocam indiscutivelmente como um grande ator geopolítico global, superado hoje apenas pelos Estados Unidos.



■ 2.4 Rousset e o fim da formação de um novo imperialismo

Deixamos para o final desta seção a elaboração com a qual temos mais acordo, a de Pierre Rousset citada “China: O Surgimento de um Novo Imperialismo”, de novembro do ano passado. Em nosso trabalho de 2020, entendemos que seu conceito de “imperialismo em formação”, apontado já em 2014, era extremamente útil, mas talvez estivesse começando a ficar um pouco atrás em relação aos desenvolvimentos reais. Em seu texto de 2021, Rousset parece ter assumido que, na prática, o processo de formação do imperialismo chinês havia avançado o suficiente para permitir o tratamento da China como um país imperialista “simples”. Isso é, pelo menos não em formação, porque, como vimos que Au Loong Yu alertou – cuja elaboração Rousset também apoia em geral – imediatamente após falar do “imperialismo chinês” é necessário fazer toda uma série de precisões, esclarecimentos e modalizações que o distingam dos “suspeitos de sempre”, para usar a expressão feliz de Roberts.

Rousset começa com uma série de observações básicas e, em nossa opinião, completamente precisas (no que segue, as citações, salvo indicação em contrário, pertencem todas ao mesmo texto). A primeira é que

“a formação de um novo imperialismo é um evento extremamente raro” que exige uma elucidação teórica e empírica particular. Depois, que “no início do século XXI, a China de Xi Jinping tornou-se a segunda potência mundial, no centro da globalização capitalista.” Terceiro, que razões históricas especiais que não são as mesmas do caso do Japão – até o surgimento da China, a única potência imperialista asiática – permitiram que um imperialismo surgisse “fora da esfera ocidental”. E quarto, que “estamos em uma situação ‘clássica’ em que a grande potência estabelecida (os Estados Unidos) enfrenta o surgimento de uma potência crescente (a China).”

Por outro lado, Rousset admite implicitamente que o caráter imperialista da China deriva, em grande parte, do reconhecimento de que ela é um Estado capitalista. Como ele afirma com toda simplicidade, “não há grande potência capitalista que não seja imperialista. A China não é exceção.” Assim, quase em controvérsia de fato com as posições de Katz, ele afirma que

“as análises que afirmam que a atual política internacional chinesa não é imperialista baseiam-se na continuidade do regime de 1949 até o presente, mas essa continuidade é apenas nominal (...). Certamente existem continuidades, especialmente culturais, incluindo a longa tradição burocrática do Império, que adorna os regimes contemporâneos com uma ‘normalidade’ histórica. No entanto, prevalecem descontinuidades, e de longe. Na verdade, houve revolução e contra-revolução, como atestam as sucessivas convulsões das classes sociais.”

E, de fato, como vimos na seção anterior sobre o caráter do Estado, a mutação de uma formação social burocrática brutalmente controlada por um único partido stalinista, mas não capitalista, em um Estado capitalista exigia uma verdadeira contrarrevolução social. Que estava a cargo — ironia da história, diria Katz — de um setor burocrático aburguesado e voltado para o capitalismo do próprio PCCh, que conservou todos ou quase todos os símbolos externos, denominações e formas do regime anterior.[6]

Quanto ao surgimento da China como potência imperialista, Rousset se preocupa acima de tudo com duas questões: quando e onde. Ou seja, por que agora, no início do século XXI, e por que na Ásia e, em particular, na China, e não em outros lugares? Sua resposta: “Correndo o risco de simplificar, vamos apontar dois passos. (...) Após as revoluções russa (1917) e chinesa (1949), a maior parte da Eurásia escapou da dominação direta do imperialismo japonês e

ocidental, conquistando uma posição de independência sem a qual nada do que aconteceu desde então teria sido possível.

(...) Após a derrota internacional dos movimentos revolucionários nos anos 1980, por um lado, e, por outro, a desintegração da URSS, a ala dominante da burguesia internacional cometeu o pecado do triunfalismo, acreditando que seu reinado indiviso estava garantido a partir de então. Aparentemente, ele não considerou que a ordem mundial neoliberal que impôs poderia ser usada por Pequim a seu favor, com o sucesso que conhecemos."

Ambos os elementos são plausíveis para nós, em particular o segundo, que de certa forma já havíamos apresentado no texto anterior. É indiscutível que existia toda uma política por parte dos países ocidentais e, em primeiro lugar, dos Estados Unidos para integrar a China à economia global, principalmente por meio da autorização de sua entrada na Organização Mundial do Comércio. E essa política baseava-se em uma premissa estratégica que se mostrou errada ou, como Rousset chama, um excesso de "triunfalismo", ou seja, que a China seguiria o mesmo caminho em direção ao capitalismo liberal que a Rússia e a Europa Oriental. Um caminho que incluía, como nesses países, a desintegração do Partido Comunista ou sua reciclagem em uma força política de um novo establishment capitalista liberal. Isso não aconteceu, é claro: o curso da incorporação da China à ordem capitalista-imperialista e a globalização realmente ocorreram, mas de forma mediada, negociada e controlada pela hierarquia do PCC, que manteve intactas as estruturas essenciais do regime político até hoje.

Uma parte essencial da explicação do caráter imperialista da China, por outro lado, está simplesmente ligada à escala da economia e da população do país: uma nação capitalista de tal tamanho e nível de desenvolvimento acelerado, em um contexto de profunda integração econômica global, não tem como não acabar como

parte do núcleo das nações imperialistas. Por outro lado, como diz Rousset, "um país como o Vietnã pode seguir a mesma evolução que seu vizinho, mas não pode fingir ser uma grande potência por causa de tudo isso." [6]

No entanto, nada disso significa estabelecer uma equivalência simples entre os EUA e a China como potências imperialistas, muito menos postular uma neutralidade eventual diante dos conflitos quase inevitáveis que ocorrerão entre os dois. Não apenas por sua origem e trajetória históricas, mas também por seu próprio peso como potências, é errado perder de vista o fato de que "os Estados Unidos foram e continuam sendo a principal potência imperialista, a principal fonte de militarização, guerras e instabilidade global."

Dito isso, também é correto se opor àqueles que, sob o pretexto do "anti-imperialismo ianque", defendem o suposto "direito" da China de "recuperar seu lugar sob o sol", como se para combater a arrogância dos ianques o interesse chinês da grande nação devesse ser endossado. Como pergunta Rousset, "desde quando devemos defender os 'direitos' de um poder e não os dos povos?"

Essa abordagem é metodologicamente sólida, pois coloca em primeiro plano o critério marxista da luta de classes, que não deve ser substituído pela visão puramente geopolítica de confrontos entre nações ou blocos regionais e globais. O segundo aspecto, com toda sua importância atual e com suas novidades que é necessário levar, é sempre subordinado ao primeiro no momento da análise e da política, sob pena de perder a bússola marxista.

NOTAS

[1] Essa concepção, cuja origem teórica e metodológica não é outra senão a síntese feita pelo próprio Stalin, foi adequadamente refutada pelo marxista francês Pierre Naville em *Le nouveau Léviathan*, 2: *Le salaire socialiste*, 1. *Les rapports de production*, capítulo 1.

[2] Por exemplo, Turner compara a militarização chinesa do Mar do Sul da China à estratégia da Alemanha nazista de tomar o controle da Europa Central, uma analogia absurda sob qualquer medida.

[3] Um bom exemplo é a situação dos BRICS, citada por Roberts. Analistas tanto do establishment quanto da “esquerda” – ou progressistas, na verdade – costumavam revirar os olhos diante do avanço potencial desses países no sentido de reduzir a distância econômica e geopolítica que os separava das nações desenvolvidas. Mas uma avaliação marxista baseada na solidez da estrutura do imperialismo como um “sistema geral” (Lenin) poderia prever que, como critério global, essa tendência não parecia se concretizar. O que acabou acontecendo... com exceção da China, que justamente por esse motivo merece uma explicação separada e específica.

[4] Nesse sentido, a formação da OTAN foi decisiva para o papel subordinado das outras potências imperialistas: como uma aliança militar hegemônica pelos Estados Unidos, toda intervenção estrangeira importante do “Ocidente” sempre ocorreu com liderança, iniciativa e controle ianque. Os poucos exemplos de intervenção militar das potências europeias “por conta própria” – embora em todos os casos com a permissão tácita ou aberta e o apoio dos EUA – terminaram em modo geral em desastre (Inglaterra em Suez em 1956, França na Argélia até a independência) ou em irrelevância (a recente ação das tropas francesas no Sahel Africano). A Guerra das Malvinas foi uma das poucas exceções a essa regra, mas mesmo nesse caso sabe-se que a assistência dos ianques foi aberta e firme: era o “quintal deles”.

[5] Entre os marxistas, é quase desnecessário esclarecer que a estalinização do Partido Bolchevique, que passou de ser a organização mais revolucionária da história para um monstro burocrático, anti-trabalhador, conservador, de sofá de carreiristas, fonte de privilégios, chauvinista da Grande Rússia e baseada na brutalidade da polícia secreta, é quase o exemplo arquetípico da extensão em que a sobrevivência de formas e rituais externos (nome, ideologia expressa, simbologia e um longo e assim por diante) não é incompatível com a mudança de caráter mais radical.

[6] Nesse sentido, não temos dúvidas de que a evolução do Vietnã, em particular a partir das reformas do período doi moi iniciadas em 1986 – e projetadas à imagem, semelhança e inspiração da perestroika de Gorbachev na URSS – seguiu uma direção inequívoca em direção ao capitalismo. Certas características o aproximam do “modelo chinês”, especialmente a consolidação do poder do Partido Comunista e a entrada nas instituições comerciais globais (OMC) e nas instituições regionais de comércio (ASEAN); Outros o distanciam, em primeiro lugar, claro, da escala do país. Nosso colega lembrado Marcelo Buitrago estava trabalhando em uma extensa elaboração do processo vietnamita, interrompida pela doença que mais tarde causaria sua morte.

中国共产党第十九届中央委员会第六次全体会议



3. O PCCh e o regime político chinês

Marcelo Yunes, economista marxista e especialista em economia mundial

■ 3.1 Composição social quantitativa e qualitativa do partido

Assim como o caráter do Estado chinês tem sido e continua sendo objeto de intermináveis controvérsias, o mesmo ocorre, como é lógico, com o caráter do Partido Comunista Chinês. A esse respeito, um estudo sério sobre a evolução da composição social do PCC é o de Li Yang, Filip Novokmet e Branko Milanovic (este último conhecido por seus trabalhos sobre a desigualdade... e a ausência de alternativa ao capitalismo), *From workers to capitalists in less than two generations: a study of*

Chinese urban elite transformation between 1988 and 2013 ("De operários a capitalistas em menos de duas gerações"). Além de constatar a renovação da base camponesa, majoritária até os anos 80, o estudo mostra o avanço gradual na elite – definida como os membros da camada dos 5% com maior renda que são membros do partido – dos “profissionais” (engenheiros, cientistas, médicos, economistas, executivos de empresas públicas e privadas). Em 2013, esse setor representava 25% do total de membros do partido, mas 38% da elite.

Os trabalhadores manuais representavam 30% dos membros em 2013 (em 2021, 34%). Se contarmos os funcionários administrativos e públicos, eles representavam 75% dos membros em 1988 e 70% em 2013, mas apenas 57% da elite partidária. Os outros 43% dos membros da elite são profissionais liberais e empresários.

A conclusão é que existe

“uma divergência crescente entre a composição social da base partidária e a dos membros do partido com melhor posição social (...). Enquanto no partido em geral ainda há uma maioria dos “antigos” grupos sociais, sua cúpula é cada vez mais dominada pelos “novos” grupos sociais [os setores profissionais com formação universitária em ciências exatas e sociais]”

(citado por M. Roberts, “Chinese Communist Party: a party of workers or capitalists?”, 1-7-21).

Embora Roberts acrescente que os capitalistas como tais representam apenas 3% dos membros (e 5% da cúpula do partido), os dados são significativos. É verdade que, como Roberts corretamente ressalta, não é lícito extrapolar mecanicamente a composição social do partido para o caráter do Estado. Mas esse critério vale nos dois sentidos: do caráter minoritário dos capitalistas no topo do PCC também não se pode inferir que se trate de uma organização “não capitalista”, muito menos anticapitalista.

De todo modo, o mínimo que se pode dizer é o que Roberts admite:

“O Partido Comunista Chinês (...) não é um partido democrático; todas as políticas são decididas pela cúpula e seguidas sem dissidência (pelo menos aberta) da base partidária. Os dirigentes decidem tudo. Essa não é a definição de um partido democrático dos trabalhadores. Tampouco é um partido de capitalistas.

Em sua composição social, é um partido de trabalhadores, tecnocratas e funcionários públicos, e isso inclui sua elite”

(idem)

É claro que o fato de a maioria dos membros do partido ser composta por trabalhadores não define seu caráter de classe; nesse caso, a maioria dos partidos burgueses de massa deve ter uma base essencialmente composta por trabalhadores. Mas vale a pena fazer aqui duas observações importantes.

Uma delas é que o próprio PCCh, longe do que se poderia esperar de um partido supostamente de “ideologia marxista”, defende explicitamente o objetivo tipicamente policlassista de “manter um equilíbrio entre todos os setores sociais”. Essa concepção foi sancionada como ideologia oficial e efetiva com o nome de “tripla representatividade” (ou “três representações”). Jiang Zemin definiu-a assim perante o XVI Congresso do PCCh, em 2002:

“O Partido deve sempre representar as preocupações do desenvolvimento das forças produtivas avançadas da China, representar a orientação do desenvolvimento da cultura avançada da China e representar os interesses fundamentais da maior parte da população da China”.

A versão marxista dessa formulação rebuscada é: os capitalistas (“as forças produtivas avançadas”), a classe média (“a cultura avançada”) e os trabalhadores urbanos e rurais (“a maior parte da população da China”). [1]

O segundo ponto é que, como Roberts reconhece com toda clareza ao resumir sua visão sobre o PCCh, “seus líderes da ‘elite’ têm uma ideologia nacionalista, não socialista internacionalista, e têm conexões com o setor capitalista” (idem).

De qualquer forma, mesmo com o distanciamento desse quadro ideológico do marxismo e com as consequências decorrentes da relação dos dirigentes com o empresariado privado, o critério para definir o regime político chinês deve considerar, do ponto de vista marxista, outros parâmetros, que também excedem o critério liberal das eleições e das formas parlamentares.

■ 3.2 Facções, camarilhas e expurgos de um partido stalinista

Em nossa opinião, não há como definir o regime do PCCh de outra forma senão como stalinista de partido único, caracterizado pela ausência – ou melhor, pela asfixia – de qualquer debate democrático real e participação dos trabalhadores nas decisões, sejam eles filiados ao partido ou não. O espaço limitado que existe no seio do PCCh é completamente restrito e zelosamente administrado pela cúpula do partido, que não presta contas a ninguém e cujo funcionamento é tão opaco quanto o do antigo PCUS soviético.

Também aqui, está muito aquém da necessária crítica marxista dizer que “questiona-se o sistema político chinês sem conhecer o que aconteceu na contraparte.

Costumam esquecer a inexistência de democracia genuína nas plutocracias ocidentais” (C. Katz, “Descifrar a China I: Desacoplamento ou Rota da Seda?”, cit.). É claro que as críticas dos meios de comunicação e dos políticos capitalistas “liberais” são completamente tendenciosas e hipócritas, vendo continuamente o cisco no olho chinês e nunca a viga no ocidental. Mas denunciar esse cinismo de dois pesos e duas medidas não deve significar atenuar ou dissimular as críticas ao regime chinês, cujo espectro de liberdades democráticas não é significativamente maior do que o de qualquer outro regime stalinista clássico, exceto o do próprio Stalin na URSS.

Muito mais acertada nos parece a consideração de Au Loong Yu de que

“o partido sob Xi está sempre na defensiva, em modo de ataque preventivo para acabar com qualquer movimento pela democracia e igualdade desde o seu início. É uma reação conservadora ao perigo potencial de uma revolta popular vinda de baixo. É reacionário do princípio ao fim”

(“A China de Xi Jinping: reação, não revolução”, sinpermiso.info, 1-10-21).



Quanto às disputas internas, é importante precisar sua magnitude, sua extensão e, acima de tudo, seus limites. Porque é verdade que “os choques entre as diferentes correntes da direção chinesa têm sido determinantes para o rumo que o país segue” (“Decifrando a China I: Desacoplamento ou Rota da Seda?”, cit.). Mas nos parece uma hipérbole politicamente perigosa, na medida em que pode levar a alguma forma de “alinhamento com o campo mais progressista” do PCCh, sustentar que “essas tensões não expressam apenas as disputas habituais entre facções pelo manejo do poder descritas pela imprensa ocidental. Tampouco respondem a meras ondas de limpeza de corruptos. Por trás desses conflitos está a confrontação para acelerar ou conter a restauração capitalista” (“Decifrando a China III: Projetos em disputa”; cit.). Porque, sem minimizar a importância desses “choques de correntes”, a primeira coisa a se destacar imediatamente a esse respeito é que nessas disputas nunca houve qualquer expressão minimamente independente da classe trabalhadora chinesa, por menor que fosse.

É imprescindível assinalar, como definição política, que todas as correntes importantes do PCCh – seja qual for a entidade que tenham hoje, coisa difícil de discernir dada a habitual opacidade do funcionamento do partido stalinista – são facções ou camarilhas burocráticas, inimigas furiosas de qualquer indício de democracia operária genuína. De fato, Au Loong Yu se recusa a falar de “facções”, na medida em que o termo sugere distinções mais ou menos orgânicas e estáveis, e se refere sistematicamente aos setores eventualmente em conflito no seio do PCCh como “camarilhas”. Ou seja, agrupamentos definidos por relações de tipo mais pessoal ou por “hierarquias” partidárias informais ligadas à família ou região de origem e aos seus contatos com os “pais fundadores” do Estado de 1949, ao melhor estilo do tráfico de influências da época imperial e seus mandarins (até mesmo a linguagem interna, como vimos, respeita essa tradição).

No mesmo sentido, Rousset sustenta que “podemos usar o termo camarilha para designar a direção liderada por Xi Jinping, porque é formada por homens de palha”. Este não foi o caso da nova liderança maoísta quando ganhou ascendência dentro do partido durante a Longa Marcha (1934-1935). Mao era a figura dominante, mas soube cercar-se de personalidades fortes com antecedentes políticos muito variados” (“China: Os elogios de Xi Jinping ao comitê central do PCC”, cit.).

Por outro lado, essa caracterização de que não há nenhum setor importante não burocrático nem verdadeiramente socialista no PCCh é independente da questão de saber se a restauração do capitalismo foi consumada ou não. Por exemplo, no caso de Cuba, certamente concordaríamos com Katz que, ao contrário da China, o retorno ao capitalismo ainda não é um fato.



Mas o que está em jogo na China – e em Cuba – é sustentar uma perspectiva de organização política e social da classe trabalhadora que seja independente das instituições do regime e, muito particularmente, do Partido Comunista, que não tem nada a oferecer nem é nenhuma garantia no sentido de “aprofundar a transição socialista” ou “impedir o avanço do capitalismo”. Muito pelo contrário.

Entre os “choques que definiram o rumo do país”, provavelmente o mais relevante foi o que ocorreu entre os abertamente “liberais” (ou mesmo neoliberais), por um lado, e os defensores de uma “abertura” mais moderada e sob estrito controle do partido, por outro. No plano da projeção internacional, Katz refere-se a

“uma séria contraposição entre os setores favoráveis e contrários à globalização. Ambos os grupos receberam denominações diferentes, que destacam sua localização geográfica (a costa versus o interior) ou postura em relação às privatizações (liberais versus antiliberais). Também pesam as posições diante da extensão do princípio do lucro (mercantilistas versus reformadores) ou diante da prioridade atribuída à expansão externa e local (mundialistas versus mercado-internistas)”

(“Decifrando a China I: Desacoplamento ou rota da seda?”, cit.)

De qualquer forma, na verdade, a diversidade de opiniões supostamente variada e policromática no seio do PCCh — aliás, não é necessário denunciar a proibição de constituir qualquer outra formação política, sob pena de naturalizar o multipartidarismo típico stalinista? — reduz-se, em todo caso e nos fatos, a essas duas grandes vertentes: a mais pró-mercado, por um lado, e a que destaca a necessidade de o partido-Estado priorizar a manutenção do controle sobre alguns dos recursos básicos da economia.

A caracterização de Katz é que nesse conflito “subjaz o confronto para acelerar ou conter a restauração capitalista” (“Decifrando a China III: Projetos em disputa”, cit.). Em nossa opinião, seria mais preciso classificar as correntes, respectivamente, como a ala capitalista neoliberal na economia e moderadamente liberal na política e a ala capitalista de Estado na economia e stalinista no que diz respeito ao regime político.

Essa distinção não é inocente. Se uma das “alas” for concebida como a mais “estatista” e menos propensa a abrir espaço para as forças de mercado dentro do PCCh, abre-se a porta para uma posição política “campista” que, em vez de travar uma luta implacável pela construção de uma ferramenta independente e genuína da classe trabalhadora chinesa, posiciona-se a favor dessa facção como o “mal menor” frente aos “neoliberais” ou “pró-capitalistas”.

A esse respeito, consideramos muito justa a recomendação de Rousset de

“ser prudente e não racionalizar em excesso os conflitos fragmentados dentro do aparato do partido. Muitas vezes, mais do que lutas por diferenças políticas, trata-se de lutas pelo poder. Por isso, não se deve reduzi-las a um confronto entre reformistas (...) e conservadores, esperando que os primeiros lutem contra os segundos. As esperanças depositadas em Deng Xiaoping para democratizar o país em benefício da população revelaram-se dramaticamente ilusórias com a repressão sangrenta dos movimentos sociais em 1989. Desde então, formaram-se três blocos em torno dos secretários-gerais Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping. Nenhum deles jamais questionou a ditadura do partido sobre a sociedade nem previu a possibilidade de uma oposição política organizada, embora os dois primeiros pudessem tolerar a dissidência individual. (...) A particularidade de Xi é que ele expurgou as camarilhas ou facções rivais, assim como expurgou o Exército e os serviços secretos.

O XX Congresso foi a oportunidade para completar sua apropriação do aparato do partido-Estado"

("XX Congresso do Partido Comunista Chinês: o ponto de inflexão", cit.)

■ 3.3 Xi Jinping: de árbitro bonapartista a czar indiscutível

De todo modo, está muito claro que a "linha Xi" deu uma guinada em direção ao controle rígido por parte do partido das decisões relacionadas às áreas econômicas consideradas estratégicas, em detrimento da liberdade de mercado. E o mesmo se verifica no terreno da "sociedade civil", onde não há imperativo maior para o PCCh do que o controle e a vigilância de qualquer organização independente emergente, por mais inofensivas que pareçam ou sejam suas motivações.

Assim, a descrição de Katz de que Xi "exerceu sua autoridade introduzindo limites às diferentes posições em conflito. Ele conteve o giro para as novas privatizações promovidas pelos neoliberais e freou a reformulação da expansão externa promovida pela ala oposta" (cit.) não corresponde, pelo menos, ao quadro atual. O saldo do XX Congresso não é o de um presidente equilibrando setores opostos, mas o de um líder que impõe sua política a todas as facções... se é que elas conseguiram sobreviver. Por exemplo, Au Loong Yu sustenta que a chegada de Xi ao poder implicou o desaparecimento puro e simples da corrente liberal.

O consenso citado por Katz de autores como Rousset e outros, que coloca Xi "em uma posição de arbitragem" que "garante os equilíbrios necessários", independentemente de ter sido, na época, uma descrição fiel da situação, requer hoje uma atualização evidente à luz dos últimos dois anos de gestão de Xi e dos resultados do XX Congresso.

No caso de Rousset, pelo menos, sua análise atual assume sem dúvida a vitória retumbante de Xi sobre seus adversários internos, e isso já um ano antes do XX Congresso:

"O domínio absoluto de Xi Jinping sobre o poder não foi alcançado sem um violento ajuste de contas, purgas e liquidações. (...) Ele está condenado a uma perpétua corrida para frente para evitar que seus oponentes se reagrupem e isolá-los da população"

("China: Os elogios de Xi Jinping ao comitê central do PCC", cit.)

Não é possível ser mais enfático ao dimensionar a mudança de orientação desde o "eixo do equilíbrio entre facções" – se é que chegou a ser assim, sobre o que temos nossas reservas – até o "domínio absoluto" de Xi.

Mais próxima da realidade atual do que essa ideia de "arbitragem", parece-nos uma compreensão que, mesmo assumindo a existência das facções "globalista" e "nacionalista", enquadra a orientação de Xi, em particular desde seu segundo mandato e que se projeta com ainda mais força no terceiro, na ideia de colocar as rédeas muito mais firmemente nas mãos do Estado – ou, o que é quase equivalente, do partido – em detrimento da atividade privada, do mercado, dos empresários... e da ala do PCCh mais afim a esse setor.

Essa consideração implica uma diferença importante na visão que apresenta Xi essencialmente como um agente de equilíbrio dentro do PCCh, ignorando que essa mediação é parte de um papel bonapartista mais amplo:

"Na China, há tensões de grande magnitude e o comando férreo exercido por Xi Jinping visa impedir o descontrole dessas disputas."

Alguns analistas estimam que ele governa usando um conjunto de regras ocultas e não escritas, que reproduzem a antiga autoridade do imperador sobre as camadas subordinadas [a referência é a Au Loong Yu. MY]. (...) Mas mesmo com essas modalidades de gestão, o poder político mantém as denominações, os estatutos e as ideologias do processo iniciado em 1949"

("Decifrando a China II: Capitalismo ou socialismo?", cit.).

Mas Xi não é apenas o responsável por "impedir o caos" das facções internas, mas o líder daquela que é hoje a principal delas. E, como vimos, ele parece muito decidido a não permitir o desenvolvimento de questionamentos ou dissidências.

Limitar-se a apresentar Xi como um "regulador de tensões" pode permitir uma interpretação – que provavelmente não é a de Katz hoje – de que ele desempenha um papel progressista e neutralizador de conflitos que poderiam colocar em risco a estabilidade dessa sociedade supostamente não capitalista. Da mesma forma, é muito perigoso minimizar o controle brutal e repressivo que Xi exerce sobre o PCCh como se fosse uma simples "modalidade de gestão" ligada ao seu estilo pessoal.

O que está em questão aqui é o papel da burocracia à frente do partido e do Estado, que sufoca qualquer possibilidade de intervenção dos trabalhadores, mesmo dos filiados ao PCCh, e de qualquer processo democrático de debate sobre o rumo que a sociedade chinesa deve seguir.

Isso era assim com os líderes anteriores e continua sendo assim com Xi, só que talvez de forma mais implacável do que todos os seus antecessores, com exceção de Mao. Que esse bloqueio total de qualquer forma de democracia operária e de participação dos trabalhadores seja feito sob as "denominações, estatutos e ideologias" do maoísmo clássico ou atualizado, com bandeiras vermelhas ou com referências ao "socialismo com características chinesas", não muda em nada o problema central, que não será resolvido com símbolos antigos ou novos.

Por outro lado, Xi procura replicar os piores aspectos de Mao do ponto de vista do regime interno e da relação do partido com as massas. Provavelmente, o mais visível é o culto à personalidade de Xi, que havia sido explicitamente rejeitado por toda a liderança chinesa desde Deng e que, segundo Rousset, "está atingindo níveis delirantes, como o de Mao no início da Revolução Cultural (1966-1969)".



A resolução adotada na reunião plenária do Comitê Central de novembro de 2021 já afirmava, com relação a Xi, que os tempos atuais representam “a maior epopeia da história da nação chinesa ao longo de milênios” e que (...) seu [de Xi] “pensamento é a quintessência da cultura e da alma chinesas” (“XX Congresso do Partido Comunista Chinês: o ponto de inflexão”, cit.).

A partir dessa exaltação quase idólatra de Xi, não mais acrítica, mas furiosamente militante contra qualquer indício de crítica, e da concentração de poder e cargos nas mãos de sua camarilha, no terreno das “discussões internas” – na medida em que se pode falar delas em um partido de regime stalinista –, é necessário ter um olhar muito mais crítico em relação às sucessivas, ou melhor, permanentes, “cruzadas contra a corrupção” do líder chinês e do partido.

É sabido que a corrupção generalizada faz parte do panorama de qualquer regime burocrático; a gestão dos recursos do Estado como um terreno de caça por parte de funcionários sem a menor moral “socialista” é um convite contínuo ao peculato. Katz expõe que Xi

“também consolidou sua liderança por meio de uma campanha contra a corrupção do grande segmento de altos funcionários enriquecidos com bolhas especulativas. Desde sua chegada ao comando do país, ele implementou essa forte purga para recompor a legitimidade política deteriorada das cúpulas nacionais e regionais do Partido Comunista. Ele destacou especialmente a grande rede de subornos que floresceu em momentos de crescimento exponencial e febre do lucro”

(“Decifrando a China I: Desacoplamento ou Rota da Seda?”, cit.)

Mas se a descrição termina aí e não se percebe que muitas vezes — o próprio Stalin deu os primeiros e mais brutais exemplos — as denúncias de “corrupção”, reais ou forjadas, são um instrumento típico de controle interno, repressão e eliminação de

rivais na burocracia interna, a enumeração de medidas equivale quase a ponderar Xi como o porta-estandarte da virtude “socialista”, que vem limpar os estábulos de Augias dos “maus funcionários”. Ou será que Bo Xilai, que em seu momento foi um dos principais rivais de Xi e líder de certo prestígio entre os setores mais maoístas, não foi condenado à prisão perpétua por “atos de corrupção” não comprovados?

De fato, essa prática habitual de todos os regimes stalinistas foi levada ao paroxismo pela gestão de Xi. Sob o signo da “tolerância zero”, os quadros do PCCh investigados por corrupção se contam aos milhões. É claro que muitos dos condenados eram certamente culpados; os casos mais flagrantes de estilos de vida luxuosos incompatíveis com os salários do Estado eram exibidos em programas de televisão para estabelecer o tom apropriado de retidão moral. O curioso é que uma campanha dessa magnitude, mantida ao longo de uma década, aparentemente não tenha alcançado nenhum resultado.

Na verdade, seria lógico supor que, diante de uma ofensiva tão massiva e implacável, os níveis de corrupção deveriam diminuir. Mas, de acordo com a própria Comissão Central de Inspeção Disciplinar, um dos órgãos mais temidos da China, o número de casos de corrupção envolvendo membros do PCCh não parou de aumentar desde 2012: começou com 150.000 casos anuais e, desde 2018, estabilizou-se, com uma ligeira tendência ascendente, em cerca de 600.000 casos anuais. Portanto, não parece errado supor, como faz Christopher Carothers, da Universidade da Pensilvânia, que a guerra de Xi contra a corrupção “provavelmente continuará enquanto ele estiver no poder” (“Xi’s forever war”, TE 9320, 5-11-22).

Sendo assim, só há duas conclusões possíveis: ou a corrupção na China é – para continuar com os trabalhos de Hércules – uma verdadeira hidra de Lerna, que multiplica suas cabeças à medida que são cortadas... ou a campanha anticorrupção tem outros objetivos não confessados que

vão além da recuperação da moral pública. Em nenhum momento Katz oferece essa advertência indispensável.

Em vez disso, ele parece considerar como um dos méritos de Xi que, embora tenha “impedido a revisão do curso atual patrocinado por setores radicais”, pelo menos “reintroduziu a leitura do marxismo e um certo reconhecimento do legado maoísta” (“Decifrando a China I: Desacoplamento ou Rota da Seda?”, cit.). Permitimo-nos certa desconfiança em relação ao que e quanto se difunde do marxismo de Marx e Lenin e, acima de tudo, como. Quanto ao “legado maoísta”, dependendo do aspecto que se considere, seu reconhecimento poderia ser mais motivo de preocupação do que de celebração, pelo menos por parte daqueles que defendemos uma tradição marxista muito diferente da do stalinista Mao.

Aqui nos apoiamos no amargo ceticismo de Au Loong Yu, para quem

“as autoridades chinesas não se interessam em nada pelos princípios socialistas, nem por Mao ou pelo maoísmo”

(“A luta operária da Jasic e o movimento estudantil”, Viento Sur, 30-12-18)

A atitude habitual do Estado e do partido em relação a qualquer iniciativa de estudar o marxismo de forma séria e independente varia, segundo Yu, entre o desânimo e a repressão aberta.

De qualquer forma, o passar do tempo, acreditamos, resolveu a questão: a partir de 25 de agosto de 2021, em todas as escolas primárias, secundárias e universidades da China será obrigatória a leitura e discussão do “pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas para uma nova era”, para dar seu nome oficial completo. Estamos certos de que, para este segundo Grande Timoneiro, as massas chinesas não precisam de mais nem melhor instrução “marxista” do que essa.

■ 3.4 A classe trabalhadora diante do partido-Estado

Na nossa visão, o papel e a situação da classe trabalhadora na sociedade são um indicador decisivo para definir o caráter do Estado. Embora, como vimos, não seja o principal critério considerado pelas abordagens economicistas, Katz não ignora que se trata de um fator essencial. O problema é que, em seu empenho em demonstrar o caráter não capitalista do Estado, ele se vê forçado a pintar de um rosa exagerado as relações entre a classe trabalhadora e o PCCh (ou o Estado; em muitos casos, é difícil diferenciá-los). Assim, por exemplo, ele sustenta que

“nas últimas duas décadas surgiu um novo proletariado, com expressões de resistência e alta capacidade de fazer valer suas exigências”

(“Decifrando a China III: Projetos em disputa”; cit.)

É inegável que se trata de uma nova geração e até mesmo de um novo tipo de proletariado, que manifesta sua resistência à exploração capitalista e à opressão política e social do regime stalinista chinês. No entanto, nos parece francamente exagerado afirmar que ela tem “alta capacidade para fazer valer suas exigências”. Isso é hoje, infelizmente, ainda uma expressão de desejo, na medida em que essa capacidade só poderia se desenvolver (e se manifestar!) na medida em que surgissem e se consolidassem organizações independentes, sindicais, políticas ou associativas, da classe trabalhadora. Esse não é o panorama da classe trabalhadora chinesa hoje, dominada como está por sindicatos oficiais cuja função não é representar os interesses dos trabalhadores, mas sim controlá-los policialmente, com uma repressão feroz a qualquer tentativa de organização independente.

Muito mais realista nos parece a descrição de Au Loong Yu:

“Durante muitos anos não houve um movimento operário como tal, mas apenas ações isoladas dos trabalhadores. Muitas foram ações espontâneas. Não creio que as autoridades possam impedir essas ações espontâneas. É quase impossível quando se consideram duas questões. Primeiro, embora as condições de trabalho tenham melhorado com o tempo, continuam sendo muito duras e necessariamente geram revoltas. Segundo, a segunda e terceira gerações de trabalhadores migrantes estão mais conscientes de seus direitos e têm expectativas maiores, o que necessariamente os leva à ação de vez em quando. Da mesma forma, muitas dessas ações não levam a nenhuma forma de organização, não apenas por causa da repressão, mas também porque os trabalhadores migrantes ainda não estão prontos. Hoje, as autoridades podem ser duras com as greves espontâneas, mas seu objetivo principal é garantir que os trabalhadores continuem desorganizados, em vez de erradicar os conflitos; daí os ataques às ONGs relacionadas ao movimento operário. (...) Mas as greves espontâneas imparáveis, mesmo que não levem à organização, são boas por si mesmas, pois podem elevar a consciência de classe e a autoconfiança”

(“Fortalezas y debilidades...”, cit.)

É muito mais realista iniciar uma avaliação marxista da situação da classe trabalhadora na China pelas condições repressivas e pela negação do direito de organização e protesto a que ela é submetida pelo regime do PCCh do que pela sua suposta “alta capacidade de fazer valer suas exigências”, como se isso fosse a regra e não a exceção. Que “marxismo” é esse de um partido “comunista” cujo “objetivo principal” em sua política para com a classe trabalhadora é impedir sua organização independente!

Também não é um argumento sólido que “o impressionante peso social do proletariado obriga a considerar seriamente o estado de espírito popular”. Isso é obviamente verdade, mas por si só não prova nada a favor do caráter “marxista” ou “socialista” do PCCh. Na verdade, qualquer partido capitalista coerente preocupado com a estabilidade política não pode deixar de “considerar seriamente o estado de espírito popular”.

O próprio Katz, ao descrever a reação dos funcionários às greves, não faz mais do que sublinhar sua exterioridade à classe: “O sucesso de certas greves determinou a resposta cautelosa e a inclinação para a concessão que impera na direção política” (“Decifrando a China III: Projetos em disputa”; cit.).



Sem dúvida que, como tem sido a norma de todas as burocracias stalinistas, a atitude inicial diante do descontentamento operário é agir com cautela. Mas essa mesma cautela apenas exhibe o abismo social e político que existe entre a classe trabalhadora e a burocracia, cuja preocupação em administrar o conflito social ou trabalhista com o menor dano político possível não se distingue em nada da conduta não apenas de qualquer burocracia sindical, mas de qualquer partido burguês responsável. Propor essa conduta como uma comprovação adicional do caráter não capitalista do Estado chinês é, simplesmente, um non sequitur: não há como demonstrar que uma coisa decorre da outra.

Quanto mais importante é o conflito, mais evidentes ficam as verdadeiras relações sociais entre o PCCh e a classe trabalhadora na China:

“Um protesto emblemático em julho de 2018 ilustrou, além disso, como a exigência de criar novos sindicatos renova a aliança entre trabalhadores e estudantes e a pregação da esquerda”

(idem)

Mas o exemplo dado por Katz – a greve da Jasic em Shenzhen – demonstra exatamente o contrário da suposta atitude “não capitalista” do Estado e do PCCh. Tanto os ativistas sindicais quanto os estudantes que os apoiaram foram reprimidos pela polícia, presos e, em muitos casos, demitidos (os trabalhadores) e expulsos da universidade (os estudantes).

Os jovens de orientação maoísta que se aproximaram dos trabalhadores tiveram que fazê-lo não impulsionados pelas diretrizes (e pelos dirigentes) oficiais do partido, mas contra elas, organizando-se de forma semi ou totalmente clandestina. Na época,

“vários intelectuais de esquerda, entre eles Noam Chomsky, fizeram declarações públicas de apoio aos ativistas detidos e anunciaram sua intenção de boicotar as conferências sobre marxismo patrocinadas oficialmente pela China”

(“A luta de Jasic: debate de balanço entre os maoístas chineses”, Qiao Benli, www.sinpermiso.info, 15-6-19).

A descrição de Qiao coincide com a que citamos de Au Loong Yu em nosso trabalho anterior. Ao que parece, a “vivacidade do pensamento marxista na China” tem, entre outras limitações, a de negar o direito democrático elementar dos trabalhadores de fazer greve e dos estudantes de apoiá-la.

Essa “pregação da esquerda” a que Katz se refere, onde existe, deve ser feita, como vimos no caso da Jasic, fora e contra o aparato do PCCh, e aqueles que participam dessas ações estão sujeitos à possibilidade real de represálias de diversa gravidade. Nada disso parece uma demonstração muito convincente da inexistência do capitalismo na China em virtude da “persistência do legado socialista” e da “contínua influência do marxismo”. A greve de Jasic foi efetivamente, como Katz a chama, “emblemática”, ou seja, um símbolo. Mas símbolo de quê? Em nossa opinião, certamente não da permeabilidade e empatia dos funcionários em relação às reivindicações dos trabalhadores, mas, pelo contrário, da mais retumbante alienação e oposição dos burocratas em relação à classe trabalhadora.

Michael Roberts, por sua vez, é muito mais direto em sua crítica ao PCCh:

“Os líderes chineses continuam se opondo a qualquer tipo de ação independente por parte dos trabalhadores e as greves continuam sendo ilegais, embora em muitos casos essa proibição não seja aplicada de forma rigorosa”

(“Views on China”, cit.)

Essa visão é coerente com a definição de Roberts, citada acima, de que não só não há democracia operária na China, mas que a elite do partido e o próprio Xi são inimigos dela.

Em comparação, a crítica de Katz ao regime stalinista chinês é formal, insuficiente e, ao se distanciar de críticas muito mais duras, quase justificativa:

“É evidente que não existe uma democracia socialista na China. Esse objetivo está muito longe de ser alcançado e são numerosas as evidências de restrições inadmissíveis aos direitos democráticos. Mas os teóricos da restauração plena [aqui, a referência é a Au Loong Yu. MY] não se limitam a constatar ou criticar esse fato. Eles postulam a vigência de uma ditadura cruel que funciona com normas militares e consequências sangrentas (...), num quadro de virada nacionalista da intelectualidade e apatia política da juventude”

(“Decifrando a China III: Projetos em disputa”, cit.)

Katz parece temer ecoar as críticas liberais ao “totalitarismo” e à “autocracia” na China, e é lógico que nós, marxistas, tenhamos uma abordagem e critérios completamente diferentes. Mas isso não pode ser feito à custa de ignorar os fatos. Que o regime chinês é repressivo e censurador em grau extremo, incluindo o uso sinistro de tecnologias digitais como a Inteligência Artificial para exercer um controle social quase orwelliano, é algo que não admite discussão.

A imagem que a mídia ocidental faz da China como um quase Estado gulag tem elementos óbvios de propaganda ideológica e exagero, mas isso não significa que tudo seja mentira. [2] Dizer simplesmente que “na China não existe uma democracia socialista” e que há “inúmeras evidências de restrições inadmissíveis aos direitos democráticos” (que nível de restrição e a quais direitos?) é muito formal e não leva em conta de forma alguma que qualquer forma de democracia operária e socialista não só está ausente,

mas é ativamente combatida pelo regime do PCCh.

Notas:

[1] Outras versões – se já na língua chinesa original a expressão é ambígua, os problemas agravam-se ao tentar traduzi-la – referem-se, respetivamente, a empresários, funcionários da infraestrutura estatal e à “democracia” em geral. O que não há dúvida é que esta expressão confusa tinha o objetivo declarado de legitimar a inclusão de membros diretos da classe capitalista nas fileiras do partido.

[2] Um exemplo é a repressão à minoria muçulmana uigur em Xinjiang. A campanha liderada pelos EUA de denúncia do “genocídio” é um exagero e um exemplo da hipocrisia mais desenfreada. Mas rejeitar o cinismo do imperialismo ianque (e europeu) em matéria de direitos humanos não deve implicar cair no quase negacionismo dos simpatizantes do regime chinês. É o caso, entre outros, de John Bellamy Foster, que na Monthly Review parece validar sem maior análise o argumento oficial do PCCh de que tudo se limita a reprimir a “atividade terrorista”. Os textos de Roberts e Katz praticamente não fazem referência ao assunto.

Bibliografia:

Andréani, Tony; Herrera, Rémy y Long, Zhiming: “Is China transforming the world?”, Monthly Review, July-August 2021.

Bellamy Foster, John: “The New Cold War on China”, Monthly Review, July-August 2021

Blau, Rosie: “The new class war – Chinese society”, The Economist special report, 9-6-16.

Budd, Adrian: “China and imperialism in the 21st century”, International Socialism 170, 15-4-21.

Epstein, Gady / McDermott, John: “China in Africa: Unequal partnership”, The Economist special report, 28-5-22.

Epstein, Gady / McDermott, John: "China in Africa: Unequal partnership", The Economist special report, 28-5-22.

Friedman, Thomas: "How China lost America", New York Times, 1-11-22.

Froissart, Chloé: "Partido Comunista Chino: ¿una nueva era?", www.europe-solidaire.org, 16-11-21.

Hart-Landsberg, Martin: "The US Economy and China: Capitalism, Class and Crisis", Monthly Review, February 2010.

Hodson, Hal: "Technology in China – A new revolution", The Economist Technology Quarterly, 4-1-20.

Katz, Claudio: "Descifrar China I: ¿Desacople o ruta de la seda?", lahaine.org, 19-9-20.

--- "Descifrar China II: ¿Capitalismo o socialismo?", lahaine.org, 28-9-20.

--- "Descifrar China III: Proyectos en disputa", lahaine.org, 3-10-20.

--- "China: Tan distante del imperialismo como del sur global", lahaine.org, 20-4-21.

Lenin, V. I.: El imperialismo, etapa superior del capitalismo (1916), Buenos Aires, Anteo, 1973.

Marx, Karl and Engels, Friedrich: Manifesto of the Communist Party, en The Marx-Engels Reader, Robert C. Tucker (ed.), Norton, New York, 1978.

Miles, James: "Opening the gates – China in the world", The Economist special report, 19-5-18.

Naville, Pierre: Le nouveau Léviathan, 2: Le salaire socialiste, 1. Les rapports de production, Paris, Anthropos, 1970.

--- Le nouveau Léviathan, 4: Les échanges socialistes, Paris, Anthropos, 1974.

Qiao, Benli: "La lucha de Jasic: debate de balance entre los maoístas chinos", www.sinpermiso.info, 15-6-19.

Rabinovitch, Simon: "Finance in China: Big but brittle", The Economist special report, 7-5-16.

Rennie, David: "A new kind of Cold War", The Economist special report, 18-5-19.

--- "A world divided", The Economist special report, 15-10-22.

Roberts, Michael: "China workshop: challenging the misconceptions", 7-6-18.

--- "China's growth challenge", 28-10-20.

--- "China: demographic crisis?", 23-5-21.

--- "Chinese Communist Party: a party of workers or capitalists?", 1-7-21.

--- "China's crackdown on the three mountains", 8-8-21.

--- "China and common prosperity", 11-9-21.

--- "Not so Evergrande", 19-9-21.

--- "IIPPE 2021: imperialism, China and finance", 30-9-21.

--- "China at a turning point?", 5-10-21.

--- "Views on China", 28-11-21.

--- "Xi's third term, part two: property, debt and common prosperity", 18-10-22.

--- "Xi's third term, part three: chips, dual circulation and imperialism", 20-10-22.

Rousset, Pierre: "La experiencia china y la teoría de la revolución permanente", L'Anticapitaliste 126, mayo 2021, en europe-solidaire.org.

--- "China: El surgimiento de un nuevo imperialismo», Europe Solidaire Sans Frontières, 13-11-21.

--- "China: Las autoalabanzas de Xi Jinping ante el comité central del PCCh", sinpermiso.info, 21-11-21.

--- "XX Congreso del PC Chino: el punto de inflexión", europe-solidaire.org, 24-10-22.

Sáenz, Roberto: "Las revoluciones de posguerra y el movimiento trotskista", Socialismo o Barbarie 17/18, noviembre 2004, en izquierdawe.org.

--- "China: una revolución campesina anticapitalista", Socialismo o Barbarie 19, diciembre 2005, en izquierdawe.org.

--- "La dialéctica de la transición socialista", Socialismo o Barbarie 25, abril 2011, en izquierdawe.org.

The Economist: "Is China population shrinking?", TE 9243, 1-5-21.

--- "Resistance is not futile", TE 9244, 8-5-21.

--- "The new yuan: a lot like the old yuan", TE 9244, 8-5-21.

--- "Landing ashore", TE 9245, 15-5-21.

--- "Older and wiser", TE 9245, 15-5-21.

--- "The return of Confucius", TE 9246, 22-5-21.

--- "New life for an old tradition", TE 9246, 22-5-21.

--- "Serve the rich", 9247, 29-5-21.

--- "Geopolitics and business", TE 9248, 5-6-21.

--- "A third is the word", TE 9248, 5-6-21.

--- "A century-old party woos the young", TE 9248, 5-6-21.

--- "Serving a higher purpose", TE 9248, 5-6-21.

--- "Foreigners inside the Great Wall", TE 9249, 12-6-21.

--- "Try this for size", TE 9250, 19-6-21.

--- "Is China serious about the climate?", TE 9250, 19-6-21.

--- "Still going strong", TE 9251, 26-6-21.

--- "Vanguard of the non-working class", TE 9251, 26-6-21.

--- "Brought to book", TE 9251, 26-6-21.

--- "Hiding in plain sight", TE 9251, 26-6-21.

--- "Carry that weight", TE 9252, 3-7-21.

--- "A decade of Chinese lessons", TE 9252, 3-7-21.

--- "Giving up, lying down", TE 9252, 3-7-21.

--- "Hit and run", TE 9253, 10-7-21.

--- "De-Maoification", TE 9253, 10-7-21.

--- "There was gold in them thar hills", TE 9253, 10-7-21.

--- "Chasing the dragon", TE 9284, 19-2-22.

--- "Xi's incubator state", TE 9292, 16-4-22.

--- "A self-repressing society", TE 9296, 14-5-22.

--- "Empty promises", TE 9298, 28-5-22.

--- "Fortified but not enriched", TE 9298, 28-5-22.

--- "Non-interfering mediation", TE 9301, 18-6-22.

--- "Wrong'uns, not rights", TE 9301, 18-6-22.

--- "The VC-industrial complex", TE 9303, 2-7-22.

--- "Holes in the great firewall", TE 9303, 2-7-22.

--- "Three steps to heaven", TE 9303, 2-7-22.

--- "Tougher than tariffs", TE 9304, 9-7-22.

- "Building blocs", TE 9304, 9-7-22.
 - "Tearing down the bamboo walls", TE 9306, 23-7-22.
 - "Greasing the ladders", TE 9312, 10-9-22.
 - "The widening gap", TE 9314, 24-9-22.
 - "The prince among princelings", TE 9315, 1-10-22.
 - "China tires of covid controls", TE 9315, 1-10-22.
 - "Procreative differences", TE 9315, 1-10-22.
 - "Class struggle", TE 9316, 8-10-22.
 - "China gives up the fight", TE 9316, 8-10-22.
 - "Spoiling for a fight", TE 9316, 8-10-22.
 - "Interfering elders", TE 9316, 8-10-22.
 - "A new chapter", TE 9317, 15-10-22.
 - "Mothering invention", TE 9317, 15-10-22.
 - "The dark side of the pop culture", TE 9317, 15-10-22.
 - "Moving to mid-levels", TE 9318, 22-10-22.
 - "The silicon squeeze", TE 9318, 22-10-22.
 - "The people's leader's people", TE 9319, 29-10-22.
 - "The end of the China affair", TE 9319, 29-10-22.
 - "Ren-naissance", TE 9319, 29-10-22.
 - "The fleeing committee", TE 9319, 29-10-22.
 - "Too few at the top", TE 9319, 29-10-22.
 - "The coming storm", TE 9319, 29-10-22.
 - "Xi's forever war", TE 9320, 5-11-22.
 - "Ties that blind", TE 9320, 5-11-22.
 - "Preparing for a fight", TE 9320, 5-11-22.
 - "The city that covid forgot", TE 9320, 5-11-22.
 - "Xi amends the Chinese dream", TE 9321, 12-11-22.
- Turner, N. B.: Is China an Imperialist Country? Considerations and Evidence, 2014.
- Vaitheeswaran, Vijay: "Jewel in the crown – The Pearl River delta", The Economist special report, 8-5-17.
- Woodward, Jude: The US vs China: Asia's new Cold War?, 2017.
- Yu, Au Loong: "¿Cuál es la naturaleza del capitalismo en China? – Sobre el ascenso de China y sus contradicciones inherentes", Europe Solidaire Sans Frontières, mayo 2014.
- "Geopolítica china: continuidades, inflexiones, incertidumbres", Viento Sur, 25-7-18.
 - "La lucha obrera de Jasic y el movimiento estudiantil", Viento Sur, 30-12-18.
 - "Fortalezas y contradicciones de la economía china", Left Voice, octubre 2018.
 - "El ascenso de China a potencia mundial", IS Review, octubre 2019.
 - "El ascenso del capitalismo en China", jacobinlat.com, 18-12-20.
 - "La China de Xi Jinping: reacción, no revolución", sinpermiso.info, 1-10-21.
- Yunes, Marcelo: Revolución o dependencia. Imperialismo y teoría marxista en Latinoamérica (2011).
- "China: anatomía de un imperialismo en ascenso", mayo 2020, en izquierdawe.org.
 - "Viejos y nuevos problemas para la economía global", marzo 2022, en izquierdawe.org.
- Ziegler, Dominic: "Return to centre – China's Belt and Road", The Economist special report, 8-2-20.



Marcelo Yunes

Membro do Conselho Editorial do portal Izquierdaweib. Licenciado em Comunicação Social / Licenciado em Jornalismo (UNLZ). Autor do livro *Revolução ou dependência. Imperialismo e teoria marxista na América Latina* (2011, publicado pela Antídoto) Autor de *China: anatomia de um imperialismo em ascensão* (2022-2025, em processo de publicação). Redator de economia e política nacional e internacional desde 2001. Professor convidado em cursos de extensão e seminários na UBA, UNSAM, UNGS, UNLP, UNC, entre outras instituições. Palestrante em diversas Jornadas de Economia Crítica, com comunicações sobre Cuba, economia argentina, teoria marxista do imperialismo e outros temas.

@ja.basta @esquerdaweb

esquerdaweb.com.br